



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Comissão de Estudos para o Incentivo à
Participação Institucional Feminina

Maio de 2019



Sumário

Introdução.....	6
1 – Metodologia da Pesquisa.....	6
1.1 – Categorias de perguntas inseridas na pesquisa	7
1.2 – Representatividade da pesquisa	7
Tabela 1 – Total de respondentes e taxa de retorno de participação segundo Tribunal/Conselho.	8
2. RESULTADOS.....	9
BLOCO 1 – PERFIL DAS MAGISTRADAS	9
Gráfico 1 – FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	10
Gráfico 2 – ESTADO CIVIL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	10
Gráfico 3 – QUANTIDADE DE FILHOS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	11
Gráfico 4 – COR/RAÇA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	11
BLOCO 2 – INFORMAÇÕES FUNCIONAIS DAS MAGISTRADAS	12
Gráfico 5 – CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	13
Gráfico 6 – SITUAÇÃO FUNCIONAL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	13
Gráfico 7 – TEMPO NA MAGISTRATURA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	13
Gráfico 8 – TRIBUNAL/CONSELHO DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RESPONDENTES, BRASIL, 2019.....	14
BLOCO 3 – DIFICULDADES DA MAGISTRADA NA CARREIRA EM FUNÇÃO DO GÊNERO	15
I – ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS, AGENTES AGRESSORES E ATITUDES FRENTE À AGRESSÃO/DISCRIMINAÇÃO	15
Gráfico 9 – ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	16
Gráfico 9.1 – AGENTE DISCRIMINADOR DAS ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	17
Gráfico 9.2 – ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	18
Gráfico 9.3 – AGENTE DISCRIMINADOR DAS ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	18
Gráfico 9.4 – AGENTE DISCRIMINADOR DAS ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS SEGUNDO COR/RAÇA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	19



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 10 – VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	20
Gráfico 10.1 – AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	21
Gráfico 10.2 – VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, BRASIL, 2019.....	22
Gráfico 10.3 – AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA . MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	22
Gráfico 10.4 – AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SEGUNDO COR DE PELE . MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	23
Gráfico 10.5 – VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS SEGUNDO CARGO, BRASIL, 2019.	23
.....	23
Gráfico 10.6 – AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	24
Gráfico 10.7 – AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SEGUNDO TEMPO DE MAGISTRATURA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	24
Gráfico 11 – AGRESSÃO VERBAL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	25
.....	25
Gráfico 11.1 – AGENTE DISCRIMINADOR DA AGRESSÃO VERBAL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	25
Gráfico 11.2 – AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	26
Gráfico 11.3 – AGENTE DISCRIMINADOR DA AGRESSÃO VERBAL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	26
Gráfico 11.4 – AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO COR DE PELE. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	27
Gráfico 11.5 – AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	27
Gráfico 11.6 – AGENTE DISCRIMINADOR DA AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	28
Gráfico 11.7 – AGENTE DISCRIMINADOR DA AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO TEMPO DE MAGISTRATURA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	28
Gráfico 12 – ATITUDE FRENTE À AGRESSÃO/DISCRIMINAÇÃO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	29
Gráfico 12.1 – ATITUDE FRENTE À AGRESSÃO/DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	30



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 12.2 – ATITUDE FRENTE À AGRESSÃO/DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	31
Gráfico 13 – NOTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL SOBRE DISCRIMINAÇÃO/AGRESSÃO SOFRIDA POR MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	32
Gráfico 13.1 – NOTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL SOBRE DISCRIMINAÇÃO/AGRESSÃO SOFRIDA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	32
Gráfico 13.2 – NOTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL SOBRE DISCRIMINAÇÃO/AGRESSÃO SOFRIDA SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	33
II – PERCEPÇÃO QUANTO À IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA CARREIRA	33
Gráfico 14 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES/COMITÊS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	34
Gráfico 14.1 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES/COMITÊS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	34
Gráfico 14.2 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES/COMITÊS SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	35
Gráfico 15 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	35
Gráfico 15.1 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	36
Gráfico 16 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	37
Gráfico 16.1 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	37
Gráfico 16.2 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	38
Gráfico 17 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAR DE ATIVIDADES ACADÊMICAS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	38
Gráfico 17.1 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAR DE ATIVIDADES ACADÊMICAS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.....	39
Gráfico 17.2 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAR DE ATIVIDADES ACADÊMICAS SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019	39



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 18 – PERCEPÇÃO DE DIFICULDADE NA CARREIRA EM RAZÃO DE GÊNERO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	40
Gráfico 18.1 – PERCEPÇÃO DE DIFICULDADE NA CARREIRA EM RAZÃO DE GÊNERO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019	40
Gráfico 18.2 – PERCEPÇÃO DE DIFICULDADE NA CARREIRA EM RAZÃO DE GÊNERO SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019....	41
Gráfico 19.1 – SOFRIMENTO DE VIOLÊNCIA FÍSICA/SEXUAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.	42
Anexo.....	45
Formulário de Pesquisa	45
Referências.....	51
Expediente.....	52



Introdução

Este relatório apresenta os resultados da Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada. Tal iniciativa partiu da Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina, instituída pelo ATO.ENAMAT.N.º 01/2019, em promoção às políticas da Resolução CNJ n.º 255/2018.

A pesquisa buscou identificar as dificuldades na carreira da magistrada em razão do gênero, com o intuito de fornecer subsídios para o fortalecimento das políticas judiciárias voltadas ao atendimento do princípio da não discriminação, em favor da igualdade de direitos entre os gêneros e ao fortalecimento da liderança feminina no ambiente institucional.

1 – Metodologia da Pesquisa

A Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina elaborou um questionário contendo 19 perguntas objetivas orientado às magistradas trabalhistas. Após pré-teste realizado nos dias 13 e 14/2/2019, o questionário foi disponibilizado pela Escola Nacional de Formação e de Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT- através do envio de *e-mail* às magistradas. O texto da mensagem informou o objetivo da pesquisa e disponibilizou o *link* para o acesso ao questionário *online*. O tempo para o preenchimento do formulário foi de aproximadamente três minutos. A pesquisa, de caráter sigiloso, não permitiu qualquer tipo de identificação, de modo a garantir a privacidade das respondentes. Os dados deste relatório são apresentados de forma agregada.

A pesquisa foi realizada entre os dias 15/02/2019 e 08/03/2019 e contou com a participação de 758 respondentes, o que representou, aproximadamente, 43% do universo dos endereços eletrônicos das magistradas trabalhistas cadastrados na base de dados do Conselho Nacional de Justiça (=1.766)¹. É importante considerar, todavia, que o total de cargos providos de magistradas informado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho é de 1632 juízas de 1º grau, 230 desembargadoras de 2º grau e de cinco ministras do Tribunal Superior do Trabalho, perfazendo o total de 1867 magistradas em atuação na Justiça do Trabalho.

¹ O cadastro de magistradas utilizado para o envio do questionário foi cedido pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), por intermédio da cooperação técnica entre a ENAMAT e o CNJ.



1.1 – CATEGORIAS DE PERGUNTAS INSERIDAS NA PESQUISA

O conteúdo do questionário da pesquisa foi elaborado com base na necessidade de levantamento de informações identificada pela Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina instituída pela ENAMAT. O primeiro bloco consistiu em perguntas sobre o perfil das respondentes, em relação às seguintes categorias: faixa etária; estado civil; número de filhos; cor/raça.

O segundo bloco englobou as informações funcionais, a fim de se conhecer o cargo, a situação funcional, o tempo de ingresso na magistratura e o tribunal ou conselho de exercício das magistradas.

A intenção dos dois primeiros blocos foi a de realizar possíveis inferências no sentido de captar dificuldades em maior ou menor grau na carreira de acordo com determinados perfis de magistradas, como idade e tempo no cargo.

O Bloco 3 agregou perguntas específicas sobre a percepção das magistradas quanto às dificuldades na carreira em função do gênero. A intenção foi a de captar as atitudes discriminatórias contra as magistradas em razão do exercício do cargo, bem como identificar seus agentes agressores. Categorias como violência psicológica, agressão verbal e percepção de igualdade de oportunidades em relação aos colegas homens integraram este bloco da pesquisa. Esse bloco permitiu ainda conhecer se houve atitude posterior da magistrada nos casos sofridos de discriminação/agressão, se o tribunal foi notificado formalmente da discriminação/agressão e ainda se a magistrada sofreu violência física ou sexual antes ou após o ingresso na carreira. Além disso, este bloco pretendeu captar a percepção das magistradas quanto à igualdade em relação aos magistrados para participar de comitês/comissões, para concorrer a cargos diretivos e a mandatos associativos e para participar de atividades acadêmicas.

1.2 – REPRESENTATIVIDADE DA PESQUISA

A taxa de retorno da pesquisa correspondeu a aproximadamente 41% do universo de magistradas ativas na Justiça do Trabalho, podendo-se considerar ainda o percentual um pouco mais elevado de retorno (43%) se se considerar o total de questionários respondidos em relação aos *e-mails* cadastrados na base de dados do CNJ (=1766). Por se tratar de pesquisa com amostra não-aleatória, deve-se considerar a representatividade da pesquisa com cautela. Apesar de configurar um retorno satisfatório frente ao universo pesquisado, as respostas podem não necessariamente refletir a realidade do conjunto de magistradas em análise.

É importante considerar que houve o empenho das magistradas integrantes da Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina na divulgação da pesquisa, por intermédio de redes de contato e de outros meios comunicacionais. Igualmente a ENAMAT se incumbiu de enviar *e-mail* direcionado às 24 Escolas Judiciais (EJUDs) solicitando ampla comunicação da pesquisa no âmbito dos respectivos tribunais regionais do trabalho. A mobilização das diferentes estratégias



Dificuldades na Carreira da Magistrada

para dar conhecimento à pesquisa permitiu a obtenção de uma taxa de resposta satisfatória frente ao tempo de resposta do levantamento (tabela 1).

Não obstante as ressalvas metodológicas apontadas, considera-se que o conjunto de respostas é suficientemente representativo como parâmetro de orientação às políticas judiciárias dedicadas ao fortalecimento das ações de igualdade de gênero na magistratura, objeto da Resolução CNJ n. 255/2018. Além disso, o estudo servirá de subsídio ao fomento das políticas das ações formativas da ENAMAT.

Tabela 1 – Total de respondentes e taxa de retorno de participação segundo Tribunal/Conselho.

TRIBUNAL	TOTAL E-MAIL MAGISTRADAS	TOTAL RESPONDIDO	TAXA DE RETORNO
TRT 1	172	71	41%
TRT 2	306	115	38%
TRT 3	133	61	46%
TRT 4	140	87	62%
TRT 5	125	47	38%
TRT 6	83	34	41%
TRT 7	38	6	16%
TRT 8	61	18	30%
TRT 9	100	36	36%
TRT 10	42	16	38%
TRT 11	27	16	59%
TRT 12	51	30	59%
TRT 13	22	14	64%
TRT 14	29	12	41%
TRT 15	192	65	34%
TRT 16	25	5	20%
TRT 17	29	20	69%
TRT 18	48	14	29%
TRT 19	19	11	58%
TRT 20	19	15	79%
TRT 21	22	22	100%
TRT 22	17	8	47%
TRT 23	42	21	50%
TRT 24	19	11	58%
TST	5	2	40%
TOTAL	1766	758	43%



2. RESULTADOS

BLOCO 1 – PERFIL DAS MAGISTRADAS

Este bloco apresenta os resultados relativos ao perfil das magistradas respondentes, de acordo com as seguintes categorias demográficas: faixa etária, número de filhos e estado civil, além do perfil étnico-racial.

A faixa etária compreendida entre 31 e 50 anos representa 70,5% das magistradas respondentes (gráfico 1), o que se aproxima do percentual da faixa etária de magistrados da Justiça do Trabalho encontrado no Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros (DPJ/CNJ, 2018). Enquanto 28,8% das respondentes declararam ter mais de 50 anos, a faixa etária compreendida entre 20 a 30 anos correspondeu a apenas 0,7%.

O estado civil das respondentes é majoritariamente de magistradas casadas (61,2%) e em união estável (11,7%), ao se considerar o percentual de magistradas separadas/divorciadas (15,7%), solteiras (10,9%) e viúvas (0,4%) (gráfico 2). O resultado igualmente se aproxima do estado civil de acordo com o sexo feminino, conforme o percentual de 72% de magistrados(as) casados(as) ou em união estável, de 14% de divorciados(as)/separados(as), de 13% de solteiros(as) e de 1% viúvos(as) encontrados(as) no estudo de perfil sociodemográfico de juízes (DPJ/CNJ, 2018).

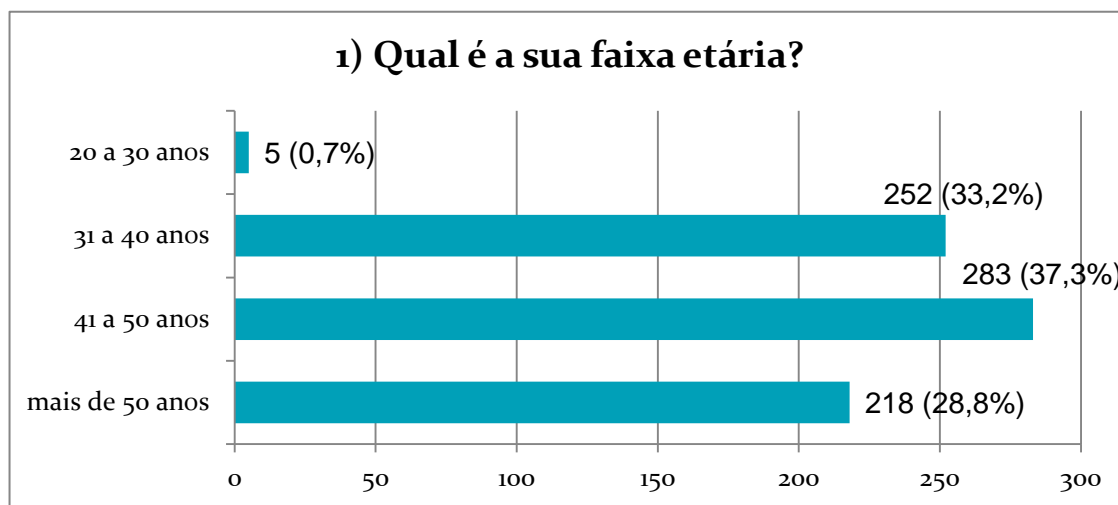
As magistradas que possuem 1 ou 2 filhos representam a maioria, com 25,5% e 38,9% respectivamente, em relação às que possuem 3 filhos (10,9%) e 4 ou mais filhos (3,6%), enquanto 21,1% responderam não terem filhos (gráfico 3).

O gráfico 4 apresenta o perfil declarado de raça/cor, demonstrando pouca diversidade étnico-racial das magistradas, com 81% de brancas, 14,9% de pardas, 2,2% de pretas, 1,6% de amarelas/orientais e 0,3% de indígenas. Este resultado igualmente coaduna com o percentual de magistrados segundo raça/cor na justiça do trabalho (DPJ/CNJ, 2018).



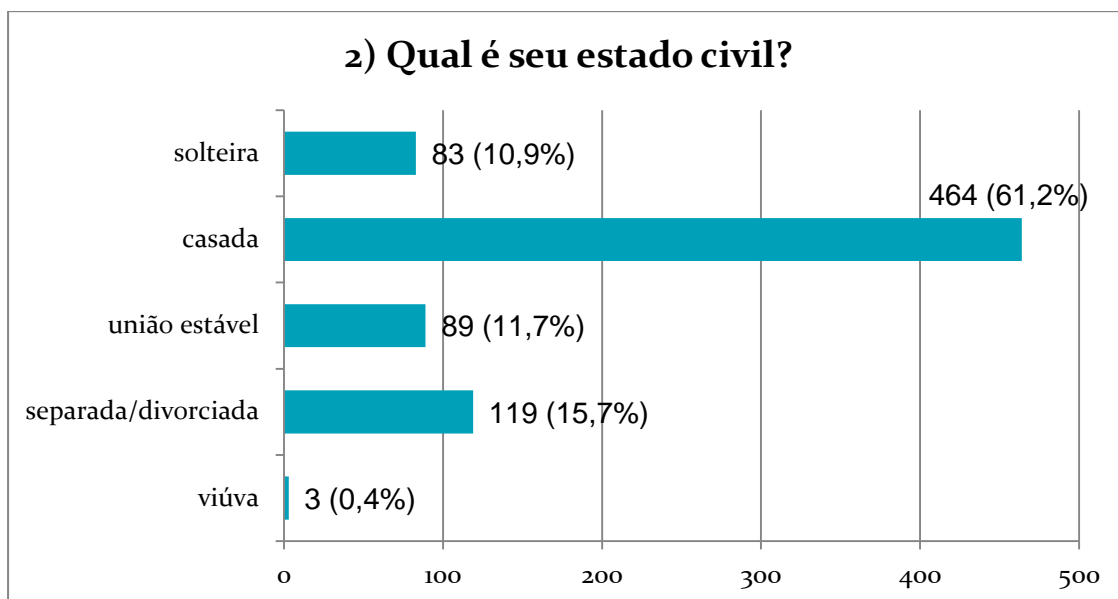
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 1 – FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 2 – ESTADO CIVIL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

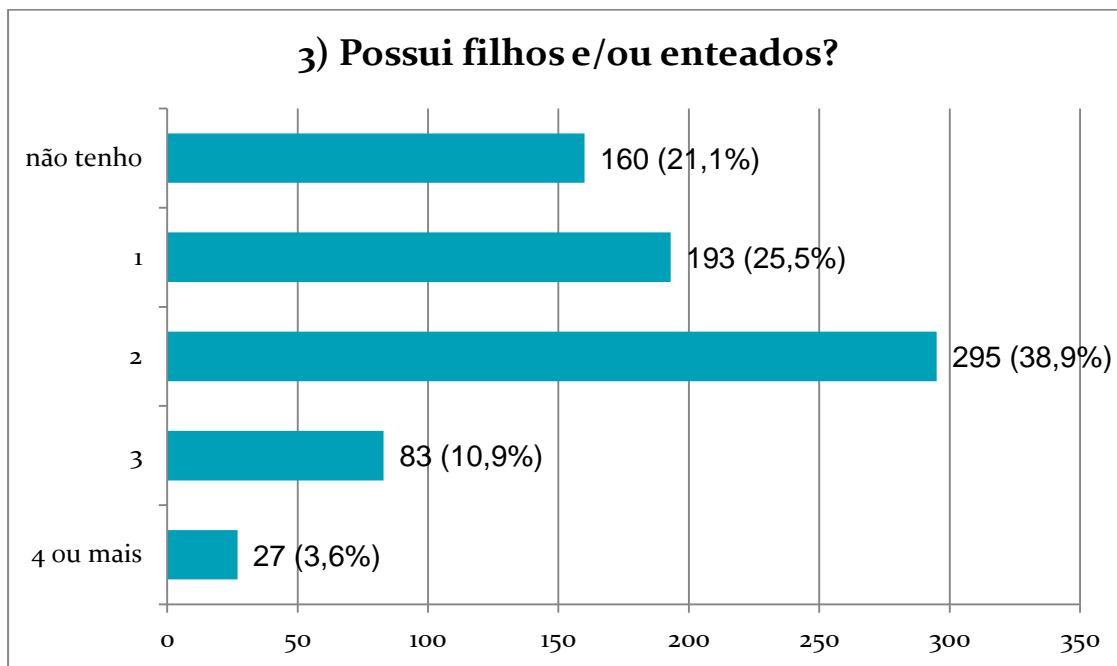


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



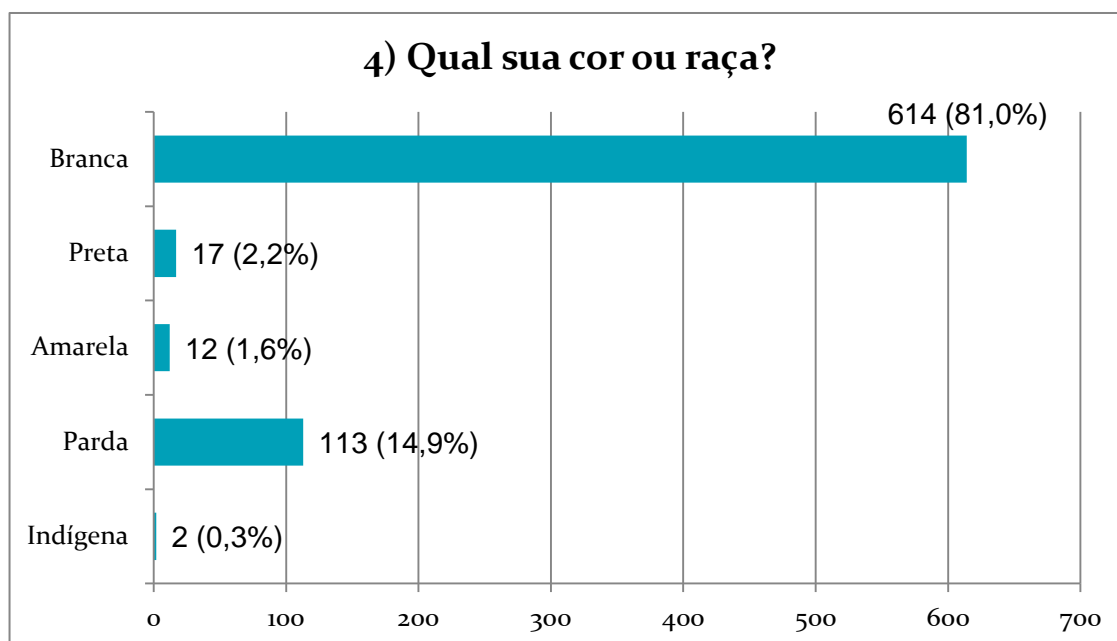
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 3 – QUANTIDADE DE FILHOS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 4 – COR/RAÇA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



BLOCO 2 – INFORMAÇÕES FUNCIONAIS DAS MAGISTRADAS

Este bloco apresenta as informações funcionais das magistradas, com a identificação do cargo, da situação funcional e do tribunal/conselho de atuação, além do tempo de ingresso na carreira.

A maior parte das respondentes atua no 1º grau de jurisdição, sendo pouco mais da metade juízas substitutas (50,8%), além de juízas titulares (41%), enquanto as desembargadoras correspondem a aproximadamente 8% do total. Houve participação de duas ministras do Tribunal Superior do Trabalho (0,3%). Apenas seis magistradas aposentadas responderam a pesquisa (gráficos 5 e 6).

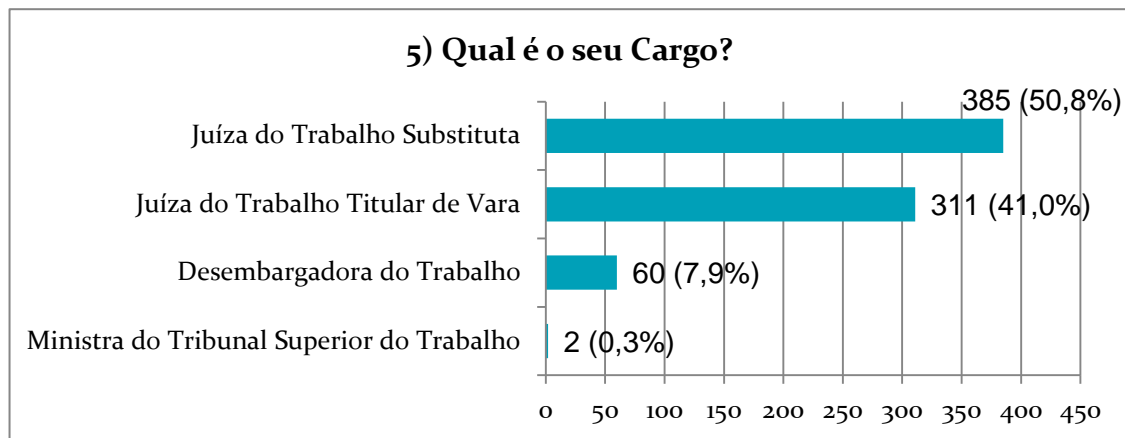
Em relação ao tempo de exercício na magistratura trabalhista, em torno de 66% das respondentes declararam possuir mais de 11 anos de atuação, sendo 35,2% no intervalo de 11 a 20 anos e 30,9% com mais de 20 anos na carreira. Em torno de 20% das magistradas tem atuação entre 6 a 10 anos, enquanto as que ingressaram há menos de 5 anos correspondem a 13% das respondentes (gráfico 7).

O número absoluto de respondentes por região foi maior nos TRTs da 2ª, 4ª, 15ª, 1ª, 3ª Regiões, respectivamente, coadunando com a conceituação de tribunais de grande porte (CNJ, 2018), os quais contam com maior número de cargos de magistrados (gráfico 8). Quanto ao percentual de retorno de resposta por tribunal, destacam-se o TRT 21ª, 20ª, 17ª, 13ª e 4ª regiões, com variações entre 60 e 100% de respondentes em relação ao total de magistradas em atuação (Tabela 1).



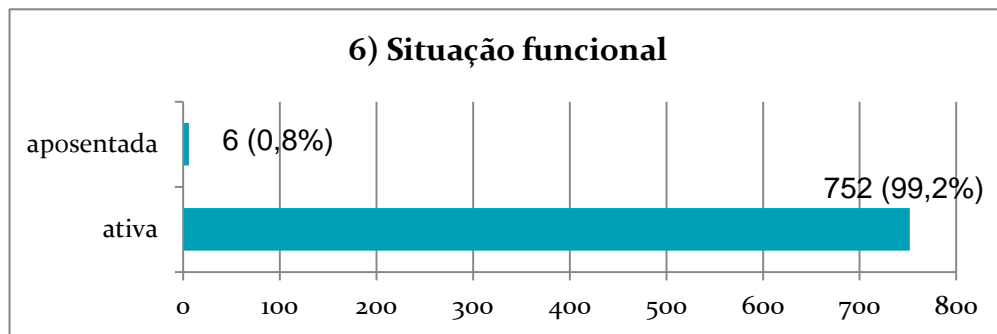
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 5 – CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



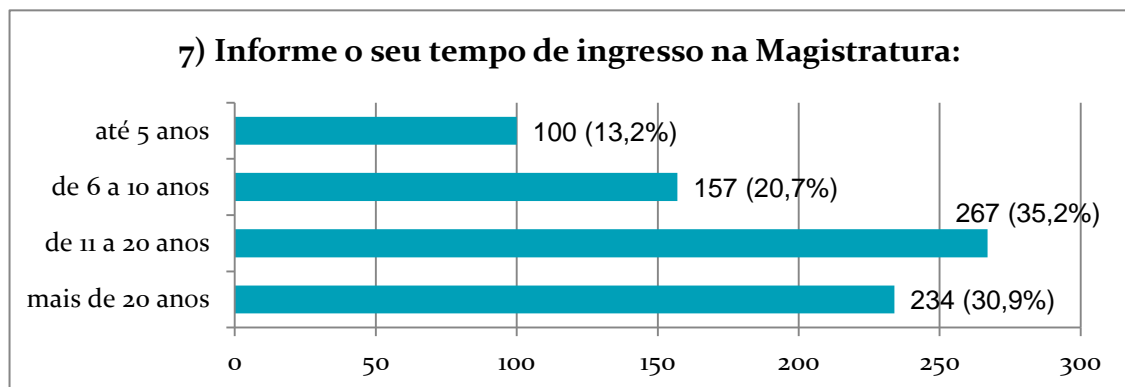
Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 6 – SITUAÇÃO FUNCIONAL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

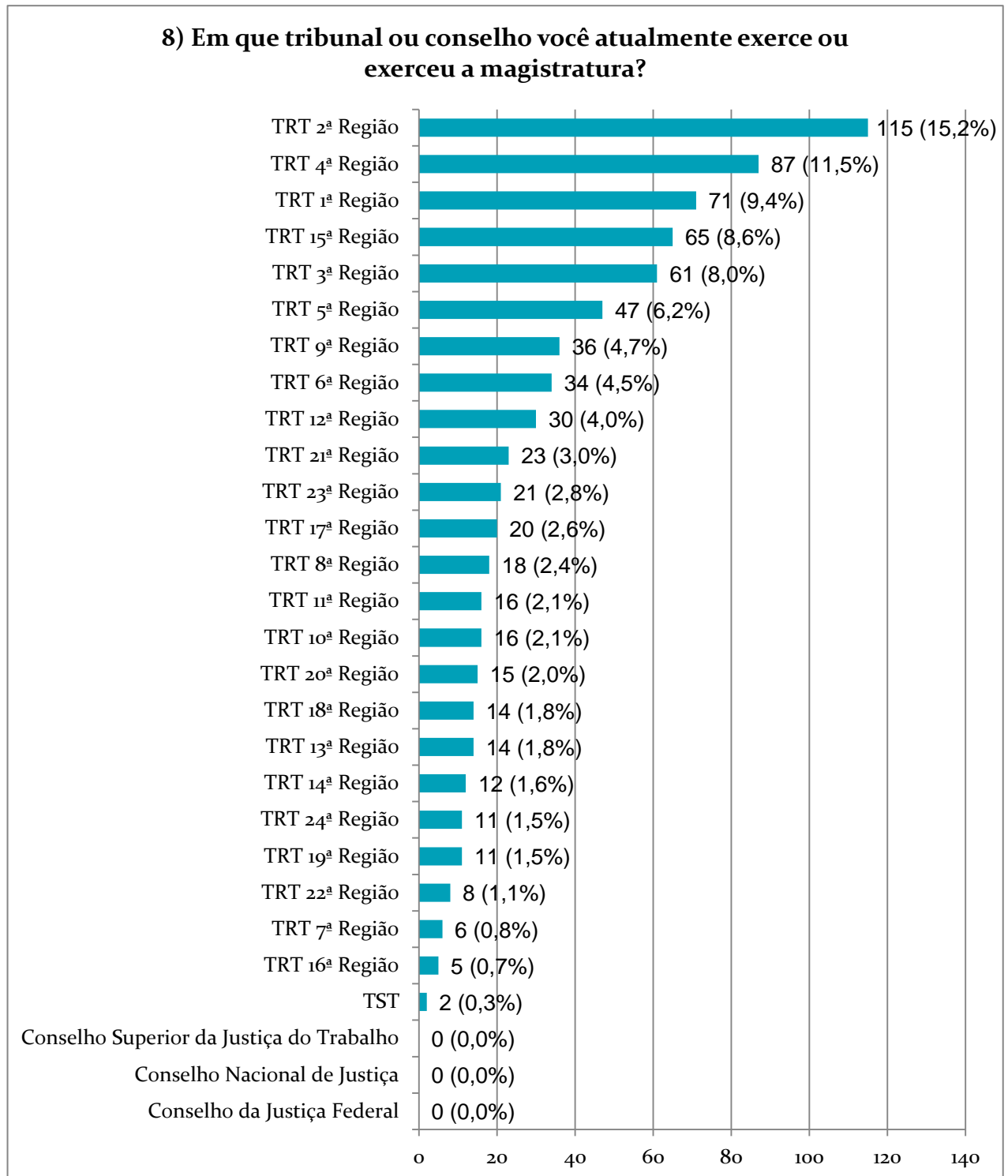
Gráfico 7 – TEMPO NA MAGISTRATURA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Gráfico 8 – TRIBUNAL/CONSELHO DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RESPONDENTES, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



BLOCO 3 – DIFICULDADES DA MAGISTRADA NA CARREIRA EM FUNÇÃO DO GÊNERO

Este bloco apresenta as respostas das magistradas em relação a possíveis dificuldades na carreira em função do gênero. Os resultados demonstram a percepção das magistradas em relação às atitudes discriminatórias sofridas e seus agentes agressores.

I – ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS, AGENTES AGRESSORES E ATITUDES FRENTE À AGRESSÃO/DISCRIMINAÇÃO

Mais da metade das magistradas (53,2%) respondeu positivamente quanto a ter sofrido atitudes discriminatórias pela condição de mulher dentro do ambiente de trabalho (gráfico 9). De modo geral, a maior proporção de respostas positivas quanto ao sofrimento de atitudes discriminatórias figurou na faixa etária de magistradas entre 20 a 30 anos, com redução gradual da proporcionalidade nas faixas etárias subsequentes (gráfico 9.2). Dentre as múltiplas respostas possíveis para esta pergunta, figuraram como principais agentes agressores os advogados (quase 80%), seguido de partes do processo ou testemunha homem (47,6%) e magistrados (46,2%) (gráfico 9.1). Quando segmentado por faixa etária, há uma diferença observável quanto ao agente agressor. Na faixa etária entre 20 a 30 anos há menor proporção de magistrados e maior proporção de servidores homens e mulheres como agentes discriminadores em comparação às demais faixas etárias (gráfico 9.3). Quando as respostas são segmentadas por cor/raça, observa-se que há maior proporcionalidade de agressão sofrida pelas magistradas pretas por parte do processo ou testemunha homem, comparativamente às demais (gráfico 9.4). Quando observado o cargo, as juízes substitutas registraram maior proporcionalidade de servidores como agentes discriminadores, ao passo que as ministras declararam apenas magistrados, advogados e partes do processo ou testemunhas homens como agentes de atitudes discriminatórias. Os magistrados figuram como agentes discriminadores em maior proporcionalidade nas respostas das desembargadoras e ministras (gráfico 9.5).

A violência psicológica contra magistradas aparece em torno de 25% das respostas (gráfico 10), tendo por principais agentes discriminadores os magistrados e os advogados (gráfico 10.1). Os agentes discriminadores diferem por faixa etária. As magistradas com até 30 anos responderam que apenas magistrados e servidores são os agentes de violência psicológica, diferentemente das magistradas com mais de 31 anos que indicaram outras categorias, com maior preponderância de advogados, mas também magistrados (gráfico 10.3). Quanto ao cargo, um quarto das juízas titulares indicou ter sofrido violência psicológica no trabalho, enquanto as desembargadoras sofreram em proporção menor e as ministras respondentes não a sofreram (gráfico 10.5). Os advogados aparecem em maior grau como agentes discriminadores das juízas titulares e substitutas comparativamente às desembargadoras, as quais apontaram os magistrados como principais agentes de violência psicológica (gráfico 10.6). Os advogados também aparecem em maior proporção como principais agentes agressores das magistradas com até cinco anos no cargo (gráfico 10.7)

A agressão verbal sofrida pelas magistradas surgiu em 23% das respostas (gráfico 11), figurando os advogados, parte ou testemunha do processo homem e magistrados como



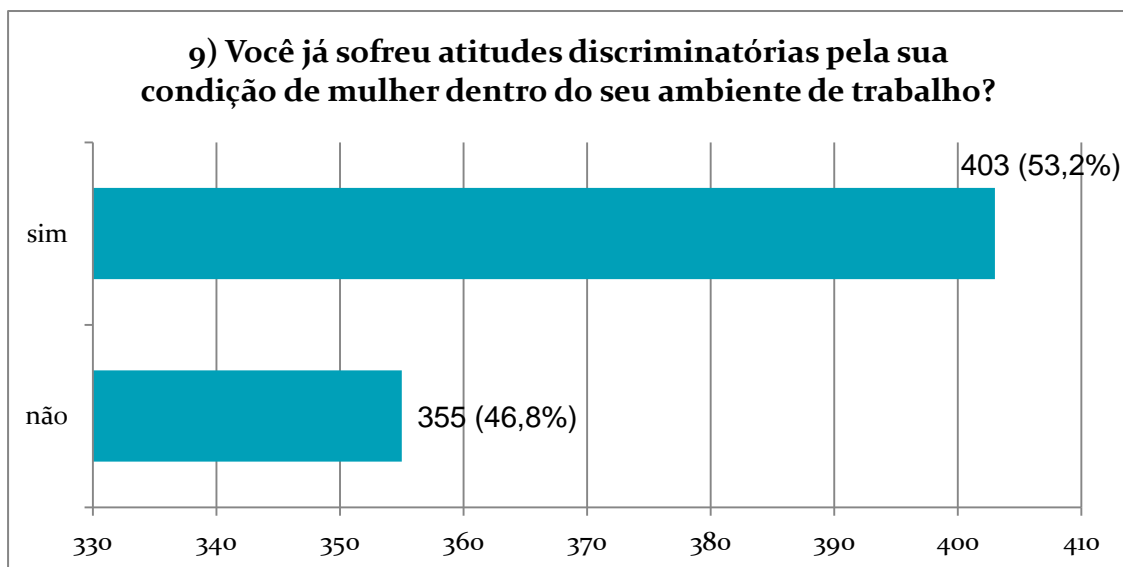
Dificuldades na Carreira da Magistrada

principais agentes agressores (gráfico 11.1), sendo que na faixa etária de 20 a 30 anos os advogados não aparecem como agentes agressores (gráfico 11.3). Segundo cor/raça, as partes ou testemunhas homens aparecem em maior proporção como agentes de agressão verbal das magistradas pretas em comparação com as demais, excetuando-se as magistradas indígenas que responderam somente terem sofrido este tipo de agressão pelos advogados (gráfico 11.4). Quando observado o cargo, os magistrados são os principais agentes da agressão verbal a desembargadoras, enquanto os advogados são a maioria no caso das juízas titulares e substitutas (gráfico 11.6).

O questionário pretendeu identificar se houve atitude da magistrada em relação às atitudes discriminatórias. Mais da metade das magistradas tomou alguma atitude, sendo que a maioria das iniciativas ocorreu no momento da agressão, seguida por tomada de atitude após o ocorrido através de denúncia ou ação específica e pelas duas atitudes – no momento da agressão e após o ocorrido também – através de denúncia ou ação específica (gráfico 12). Entretanto, é importante considerar que 43% das magistradas declarou não tomar atitude alguma. Neste último grupo, a maior proporção de magistradas que não tomaram atitude está na faixa etária de 20 a 30 anos (gráfico 12.1). Por outro lado, as juízas substitutas que tomaram alguma atitude fizeram-na no momento em que ocorreu a agressão (gráfico 12.2).

Outro resultado digno de nota refere-se à dissociação entre aquelas que tomaram atitude frente às agressões/violências sofridas e o baixo percentual dos casos em que os tribunais foram notificados das atitudes discriminatórias: apenas em 7,7% dos casos (gráfico 13).

Gráfico 9 – ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

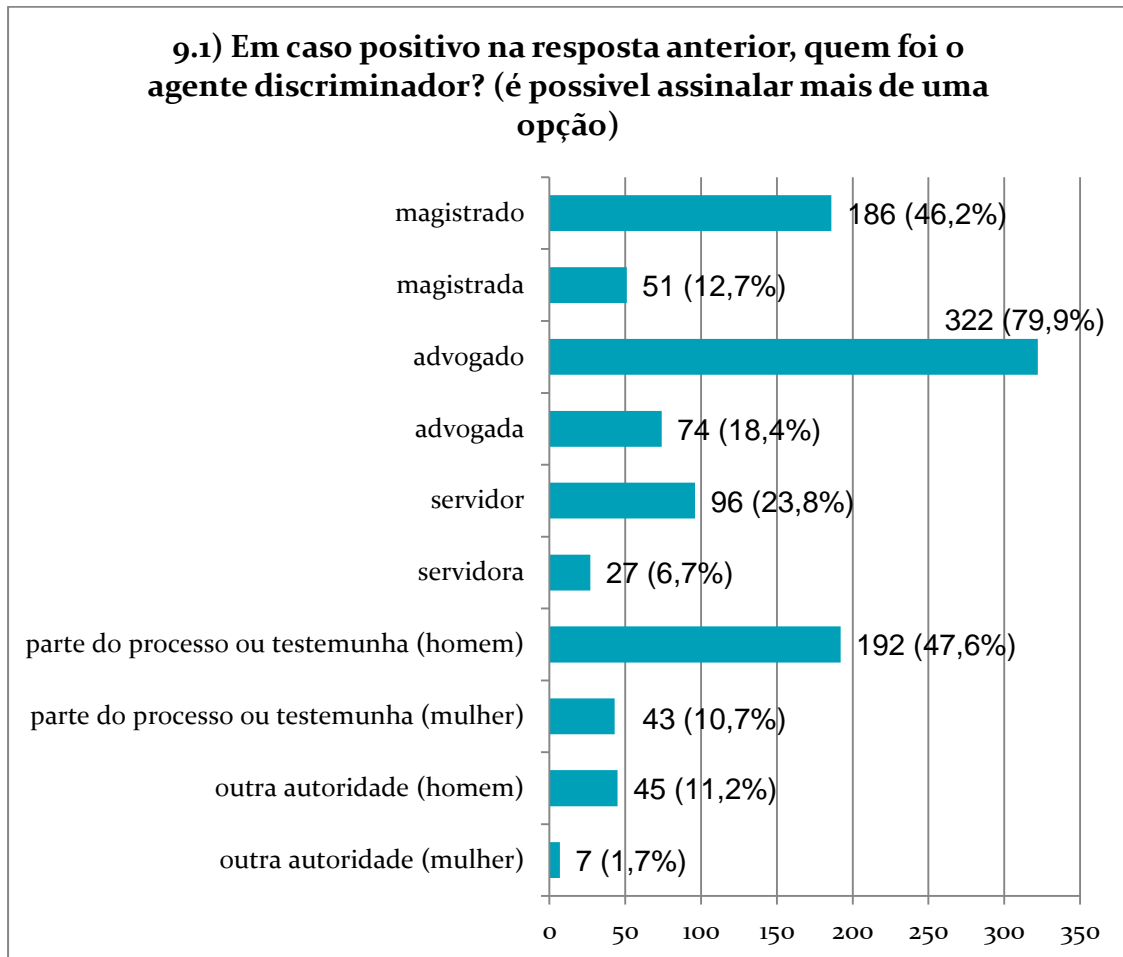


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 9.1 – AGENTE DISCRIMINADOR DAS ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

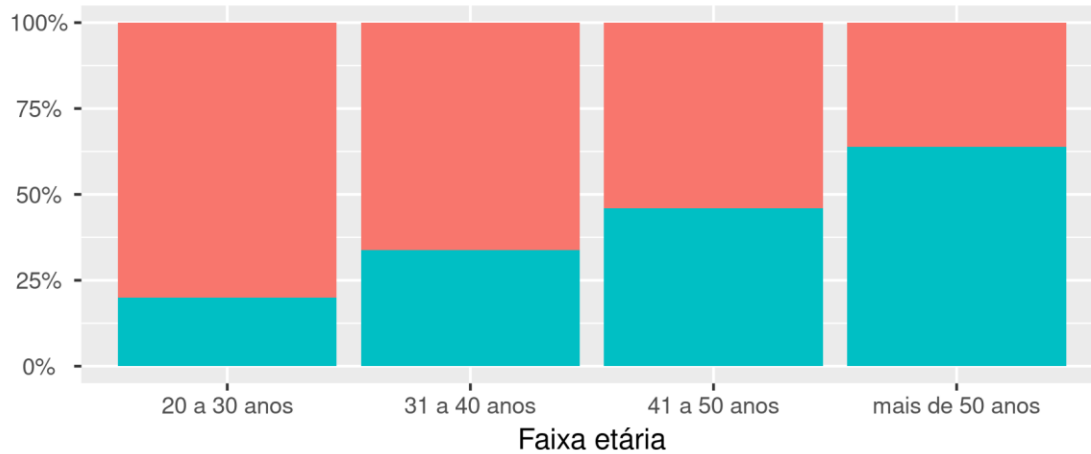


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

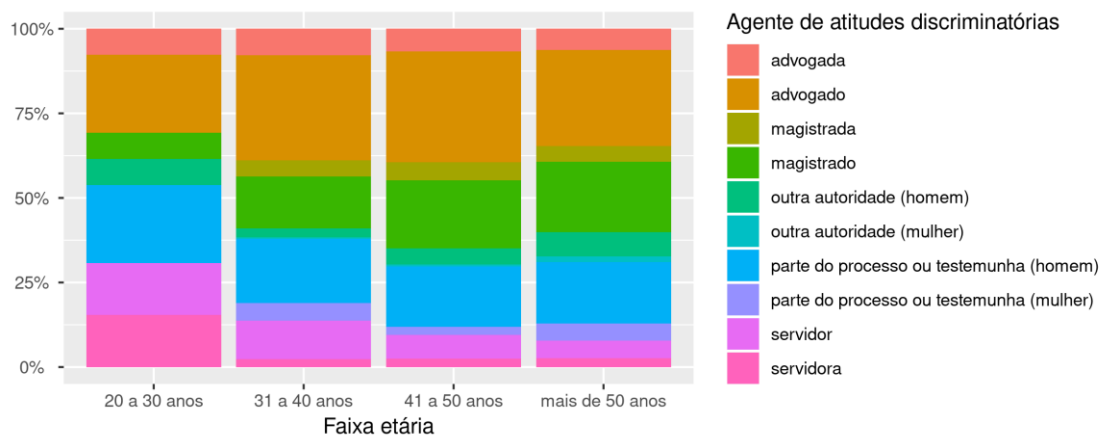
Gráfico 9.2 – ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Já sofreu atitudes discriminatórias pela sua condição de mulher dentro do seu ambiente de trabalho ■ sim ■ não

Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 9.3 – AGENTE DISCRIMINADOR DAS ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

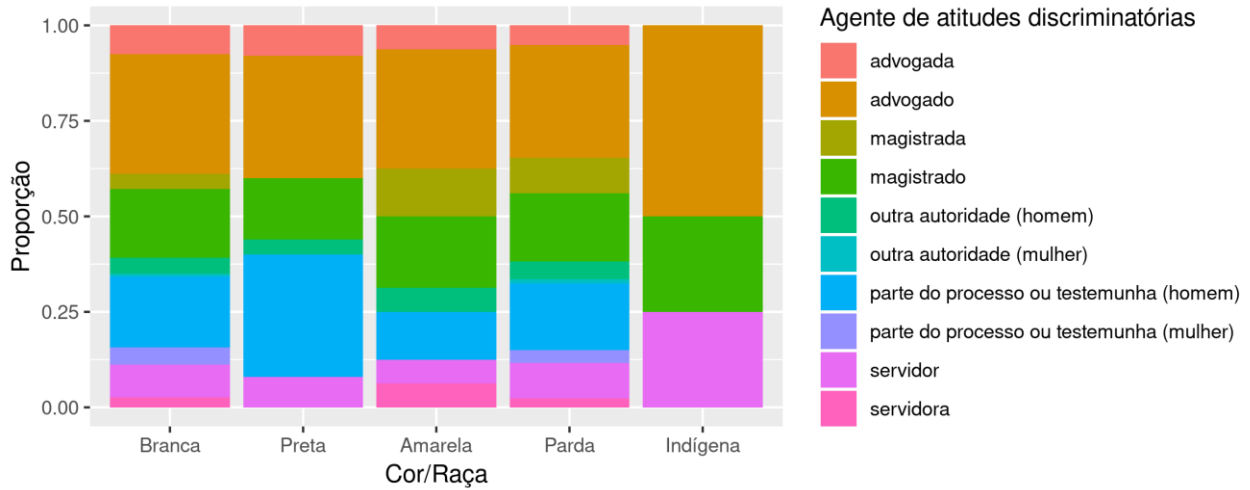


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



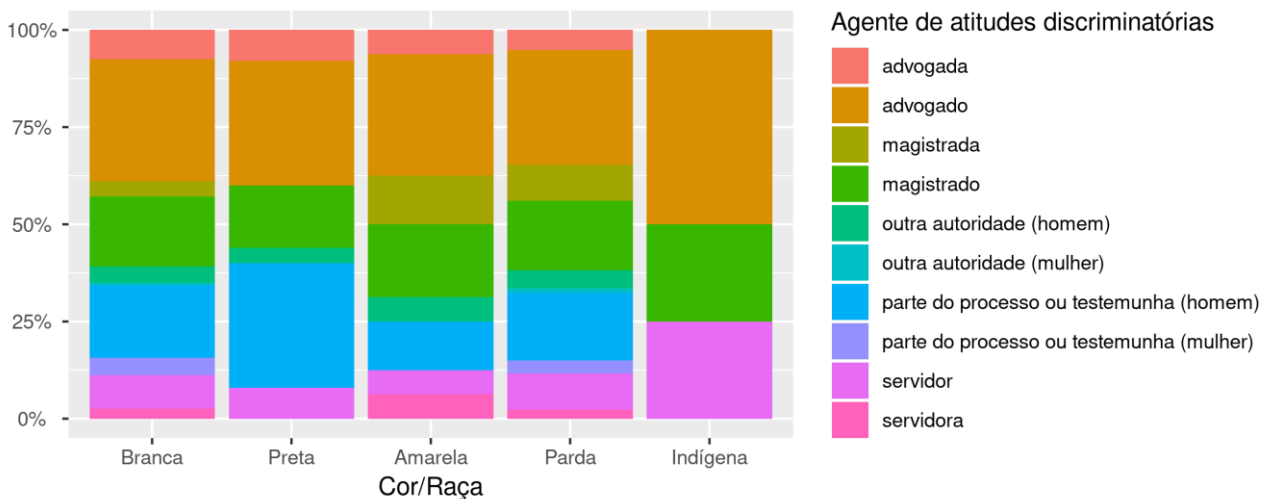
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 9.4 – AGENTE DISCRIMINADOR DAS ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS SEGUNDO COR/RAÇA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 9.5 – AGENTE DISCRIMINADOR DAS ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

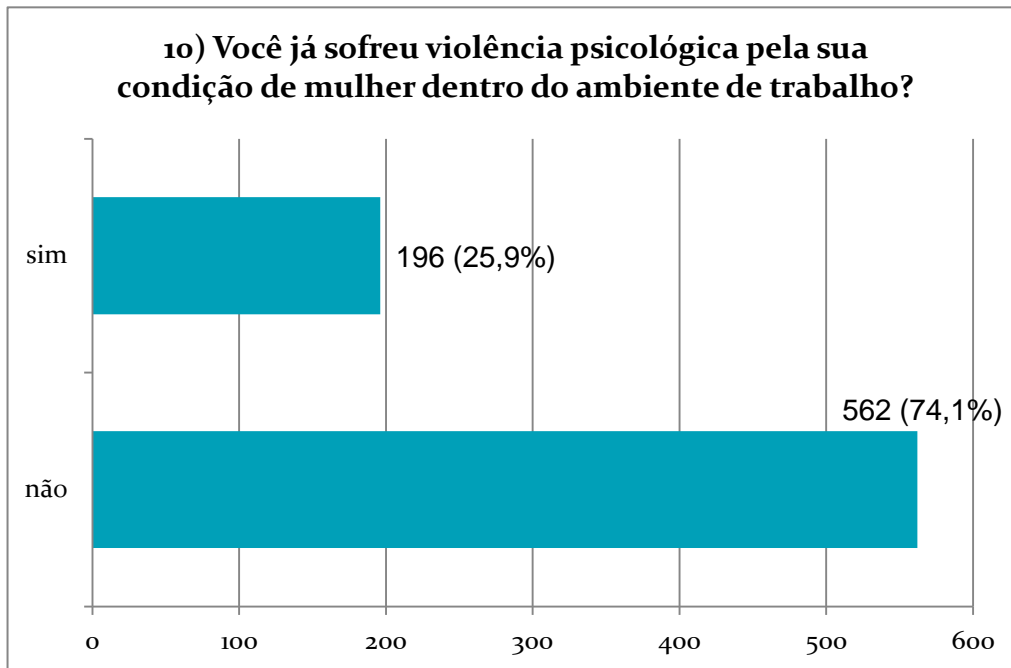


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 10 – VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

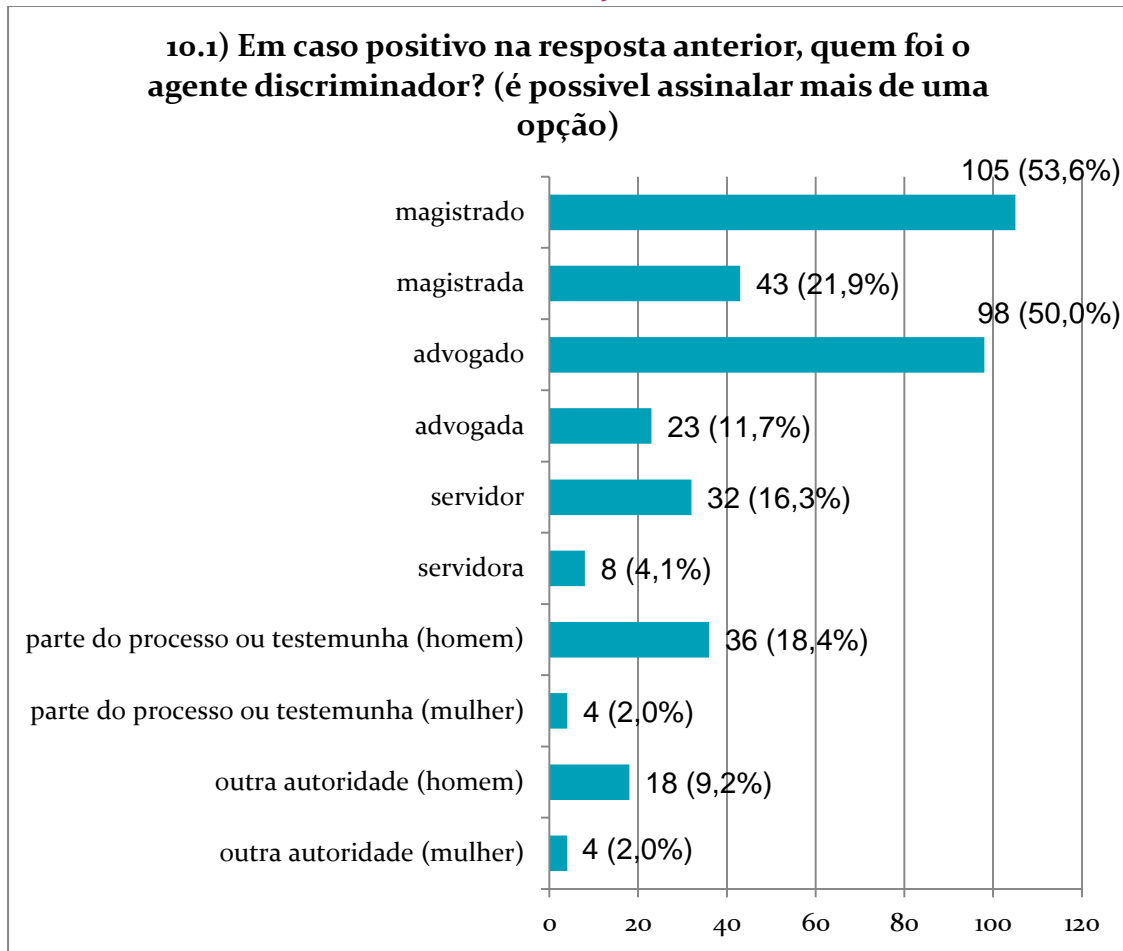


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 10.1 - AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

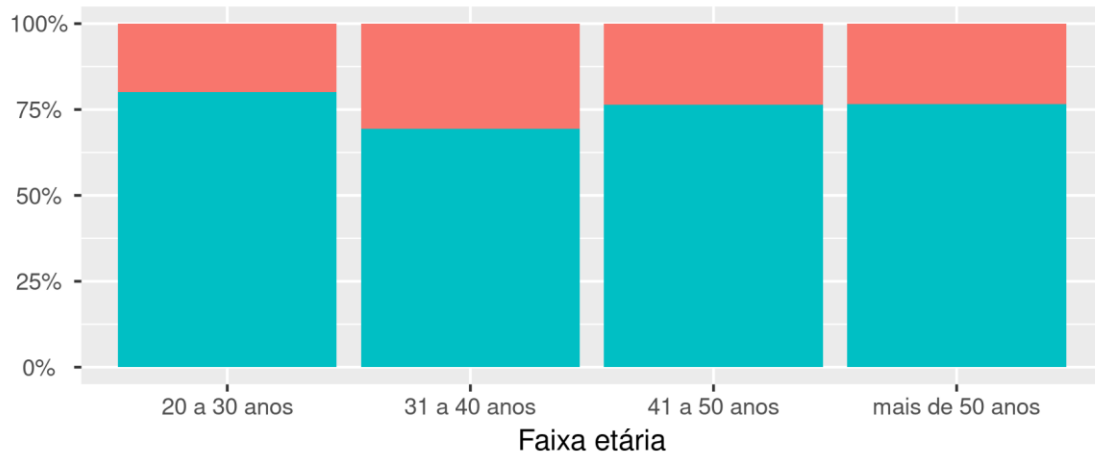


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

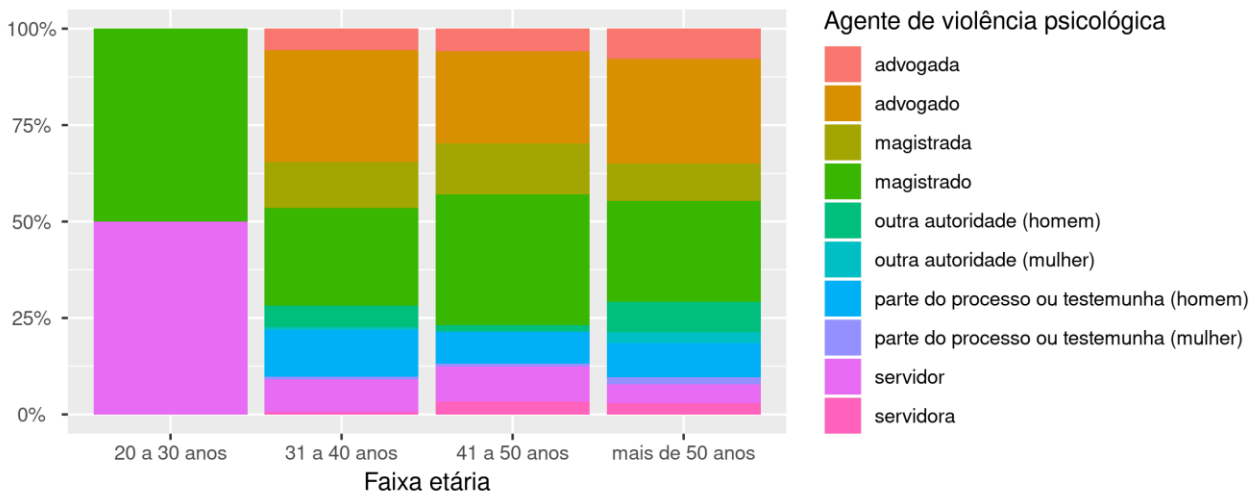
Gráfico 10.2 – VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, BRASIL, 2019.



Já sofreu violência psicológica pela sua condição de mulher dentro do ambiente de trabalho ■ sim ■ não

Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 10.3 – AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA . MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

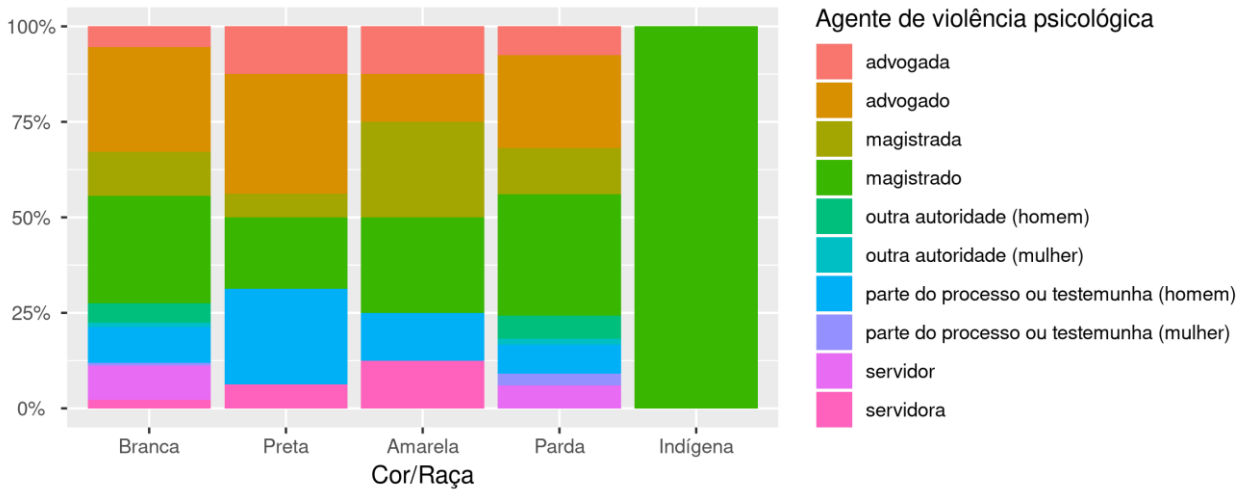


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



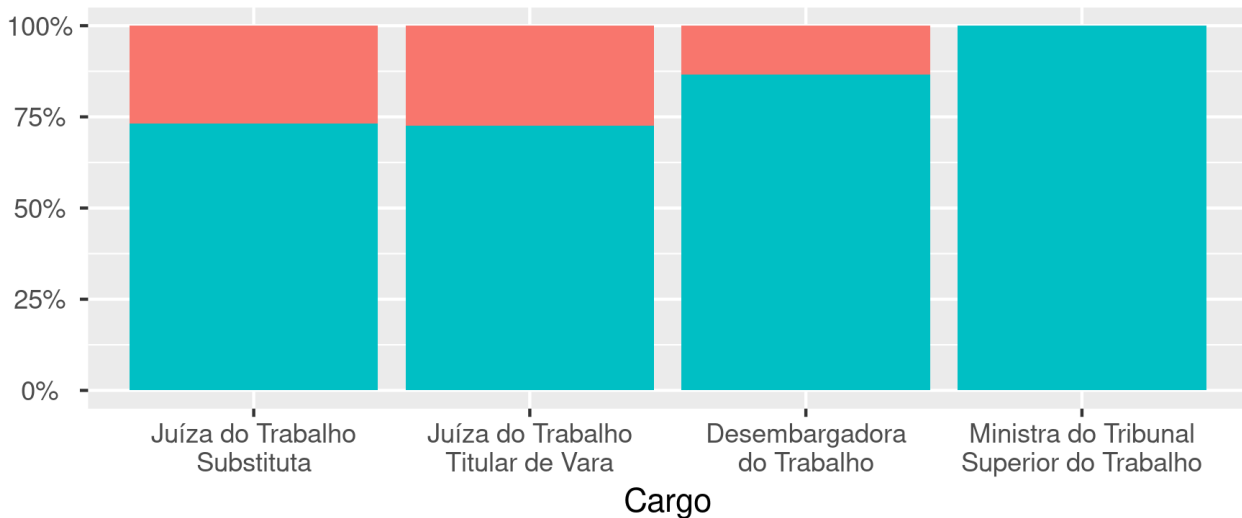
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 10.4 – AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SEGUNDO COR DE PELE . MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 10.5 – VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS SEGUNDO CARGO, BRASIL, 2019.



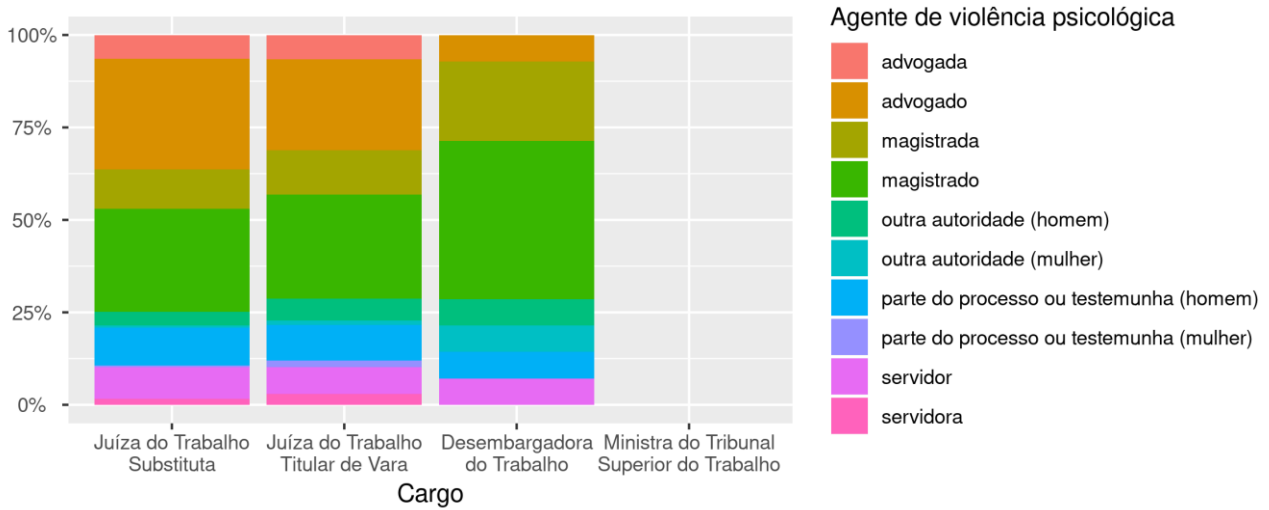
Já sofreu violência psicológica pela sua condição de mulher dentro do ambiente de trabalho ■ sim ■ não

Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



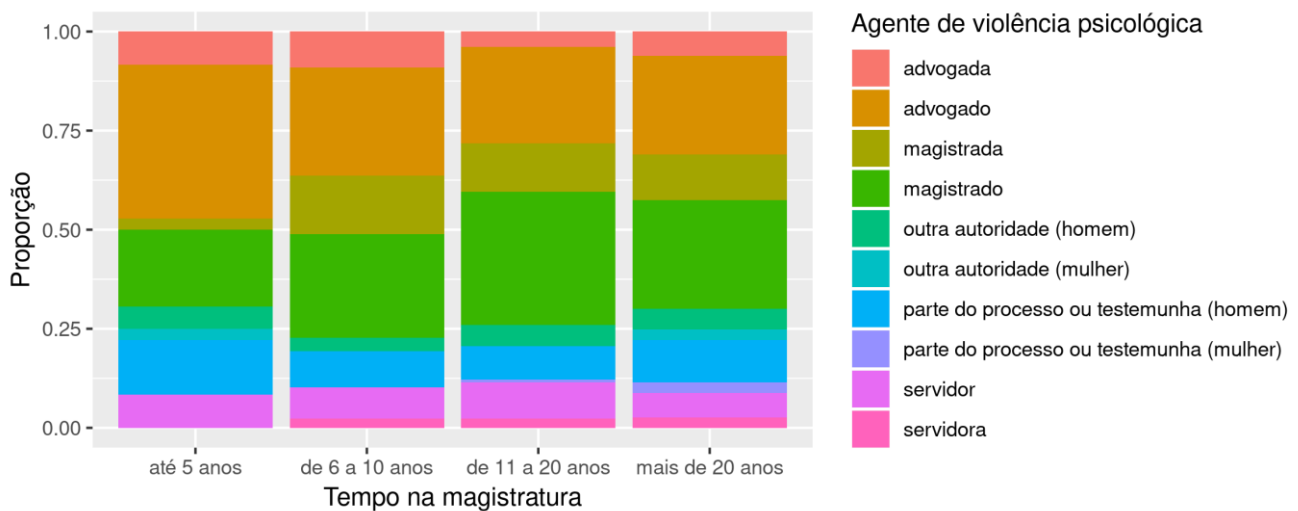
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 10.6 – AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 10.7 – AGENTE DISCRIMINADOR DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SEGUNDO TEMPO DE MAGISTRATURA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

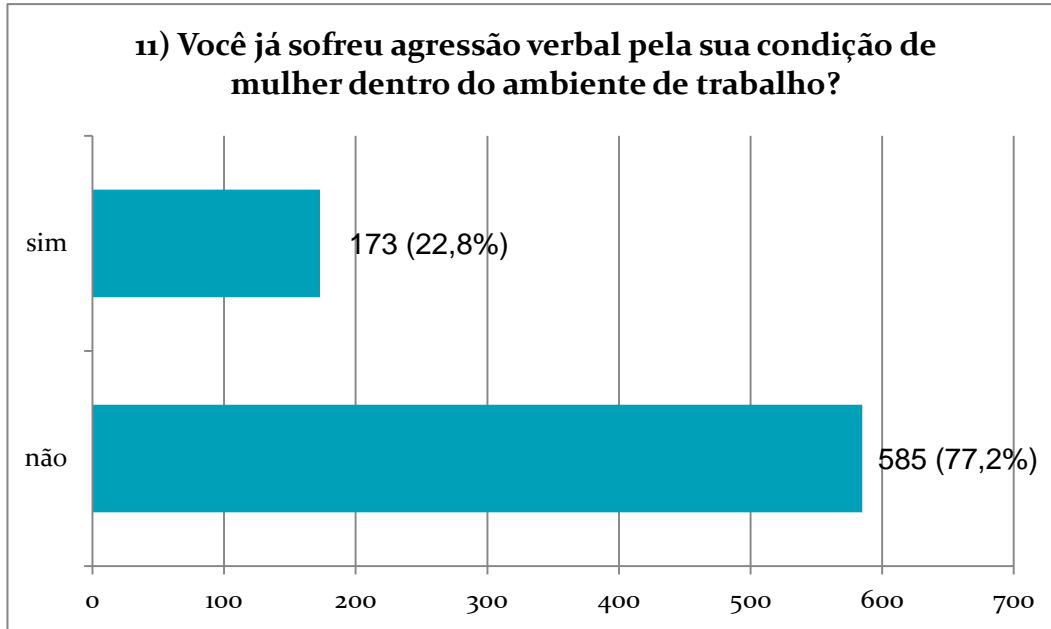


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



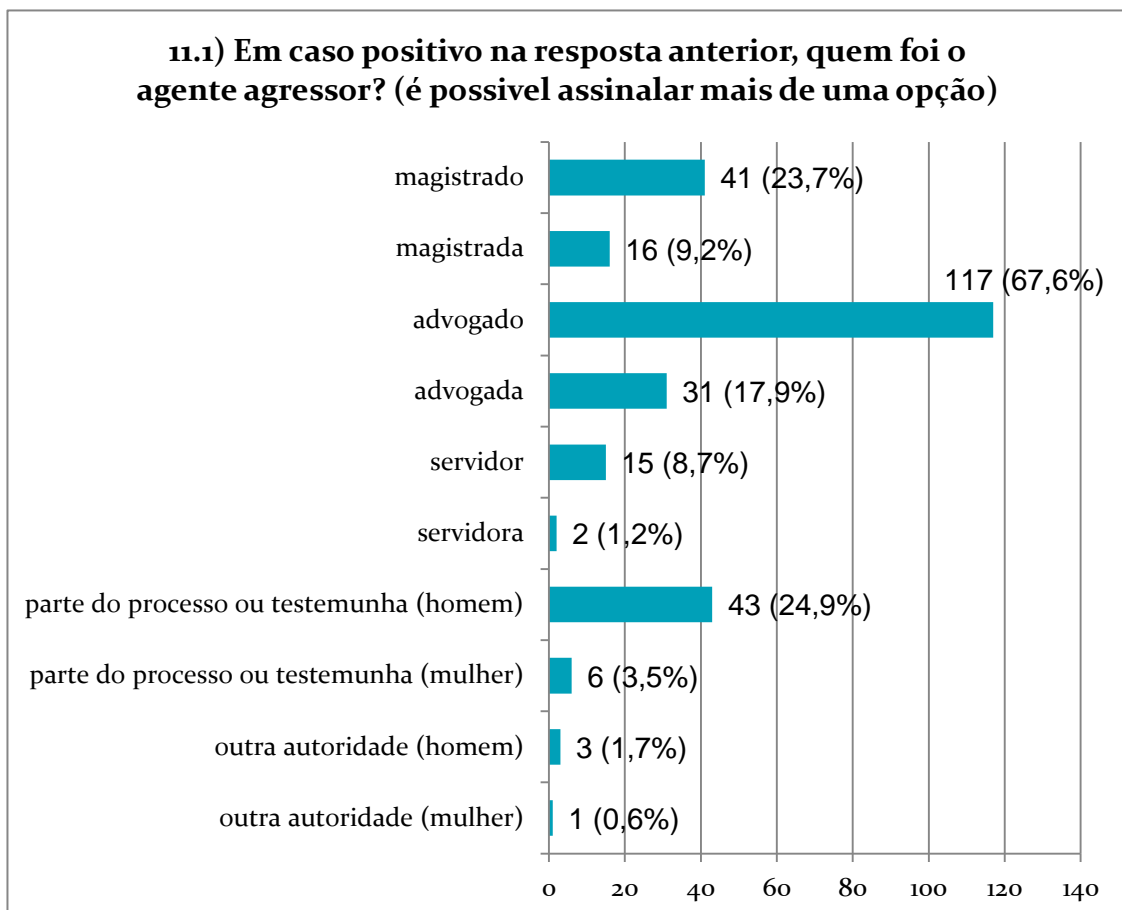
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 11 – AGRESSÃO VERBAL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

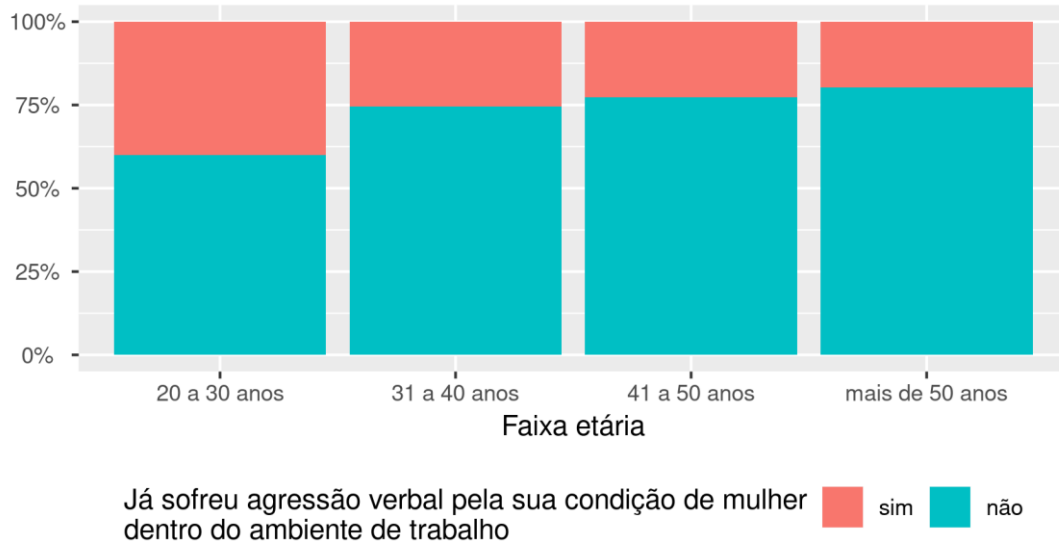
Gráfico 11.1 – AGENTE DISCRIMINADOR DA AGRESSÃO VERBAL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.





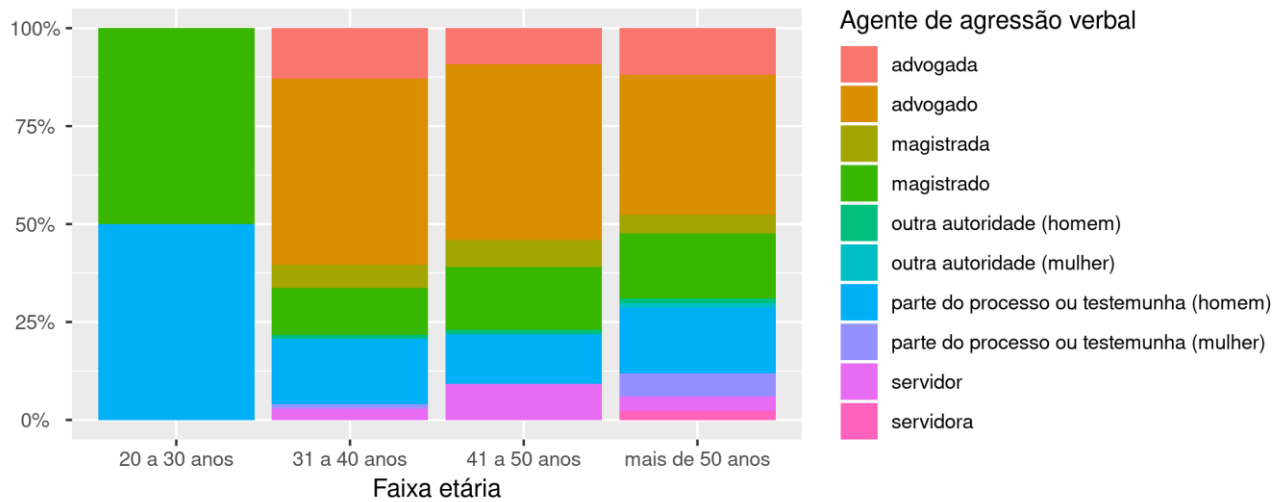
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 11.2 – AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 11.3 – AGENTE DISCRIMINADOR DA AGRESSÃO VERBAL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

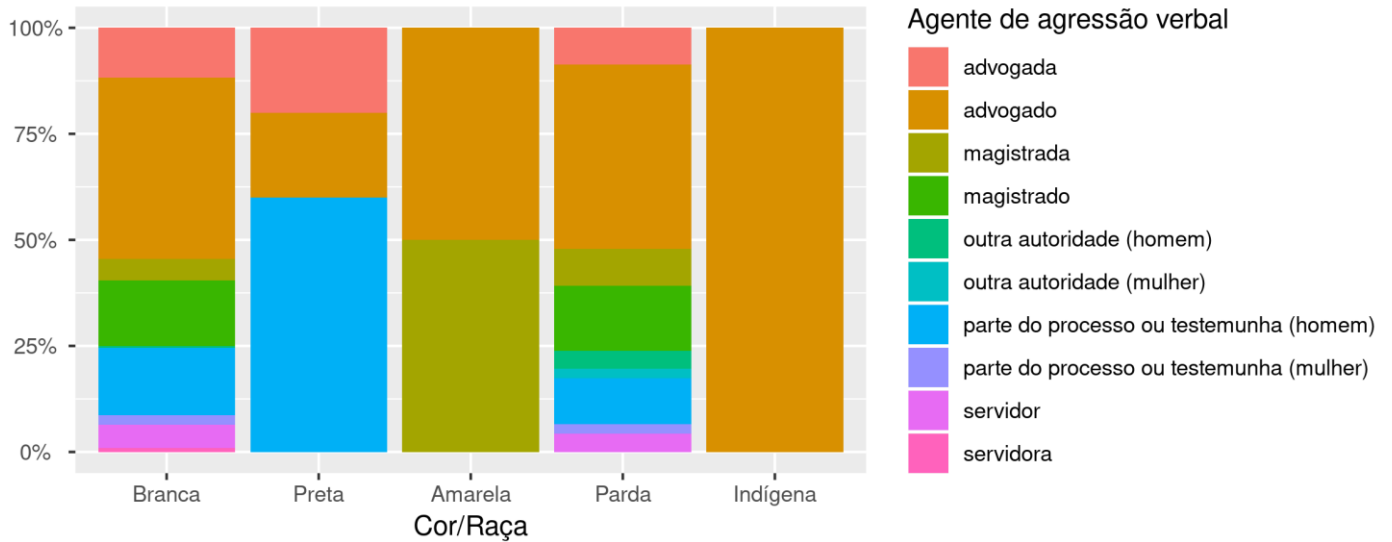


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



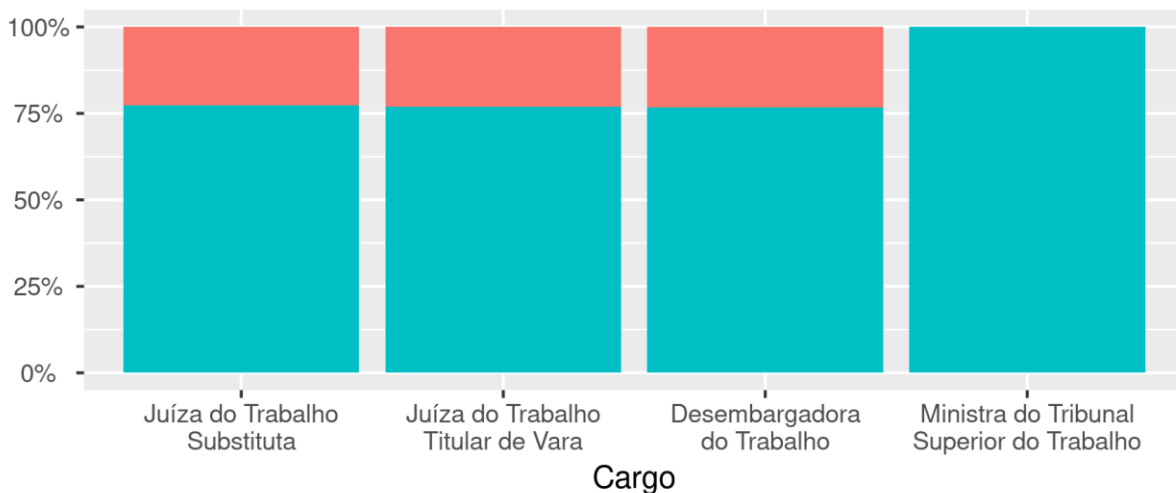
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 11.4 – AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO COR DE PELE. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 11.5 – AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

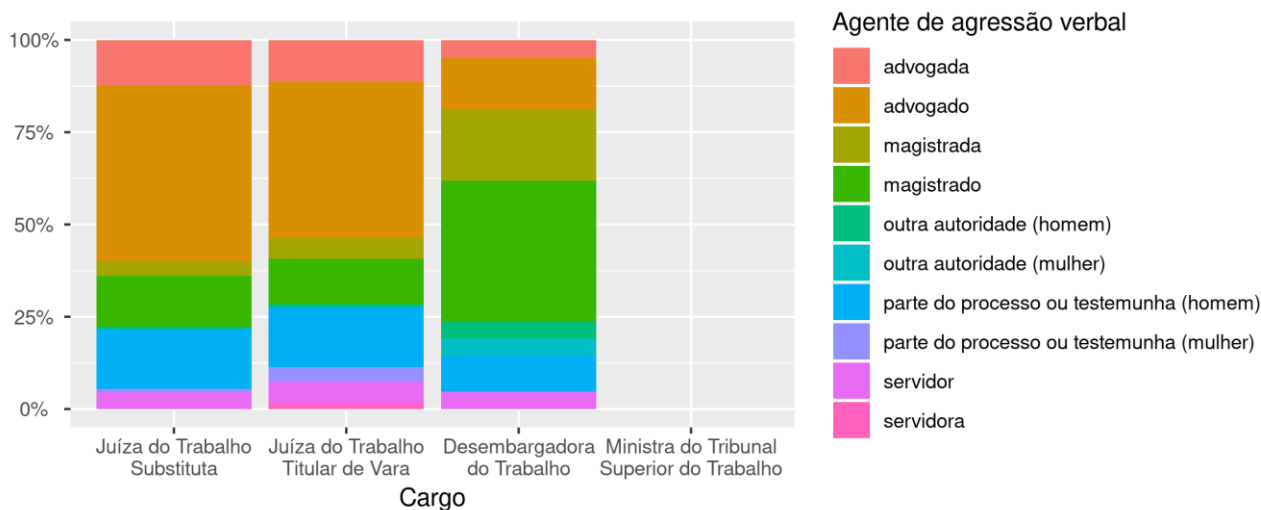


Já sofreu agressão verbal pela sua condição de mulher dentro do ambiente de trabalho ■ sim ■ não



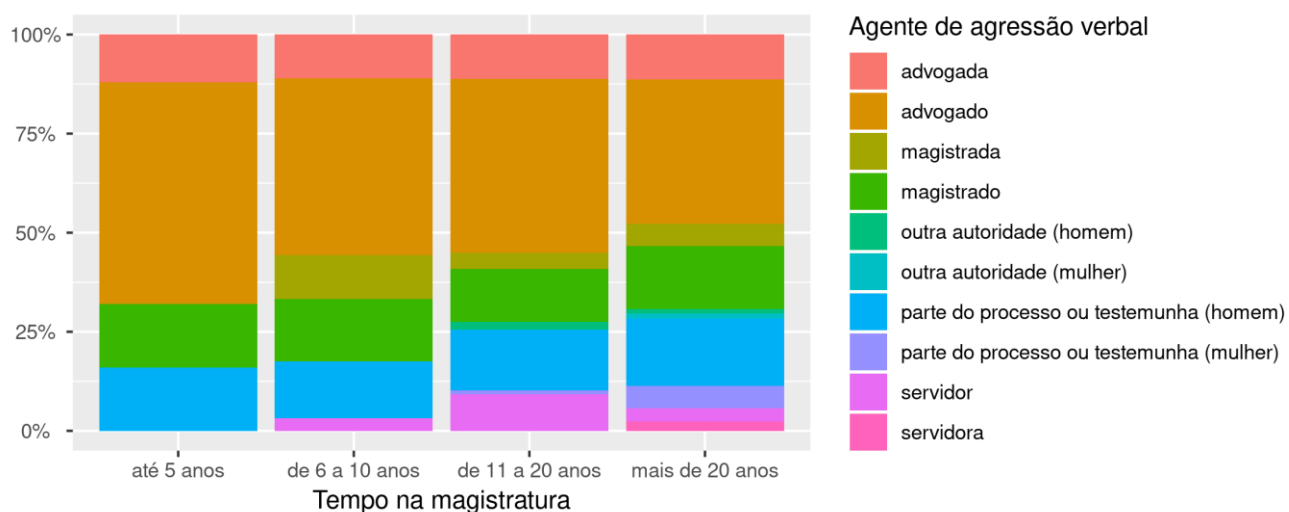
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 11.6 – AGENTE DISCRIMINADOR DA AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 11.7 – AGENTE DISCRIMINADOR DA AGRESSÃO VERBAL SEGUNDO TEMPO DE MAGISTRATURA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

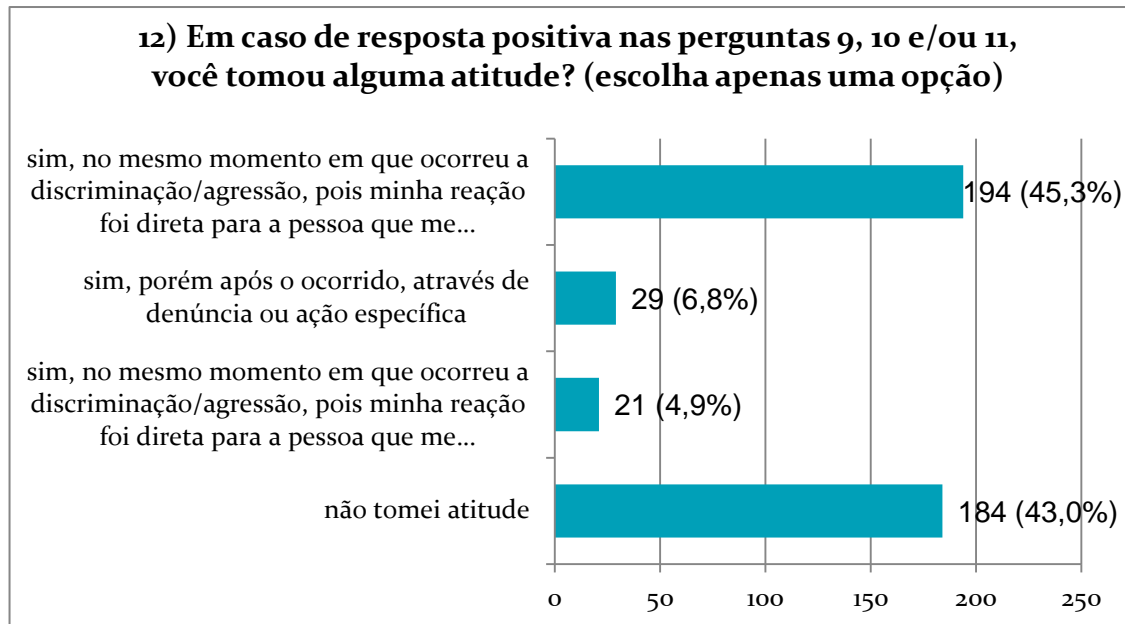


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 12 – ATITUDE FRENTE À AGRESSÃO/DISCRIMINAÇÃO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

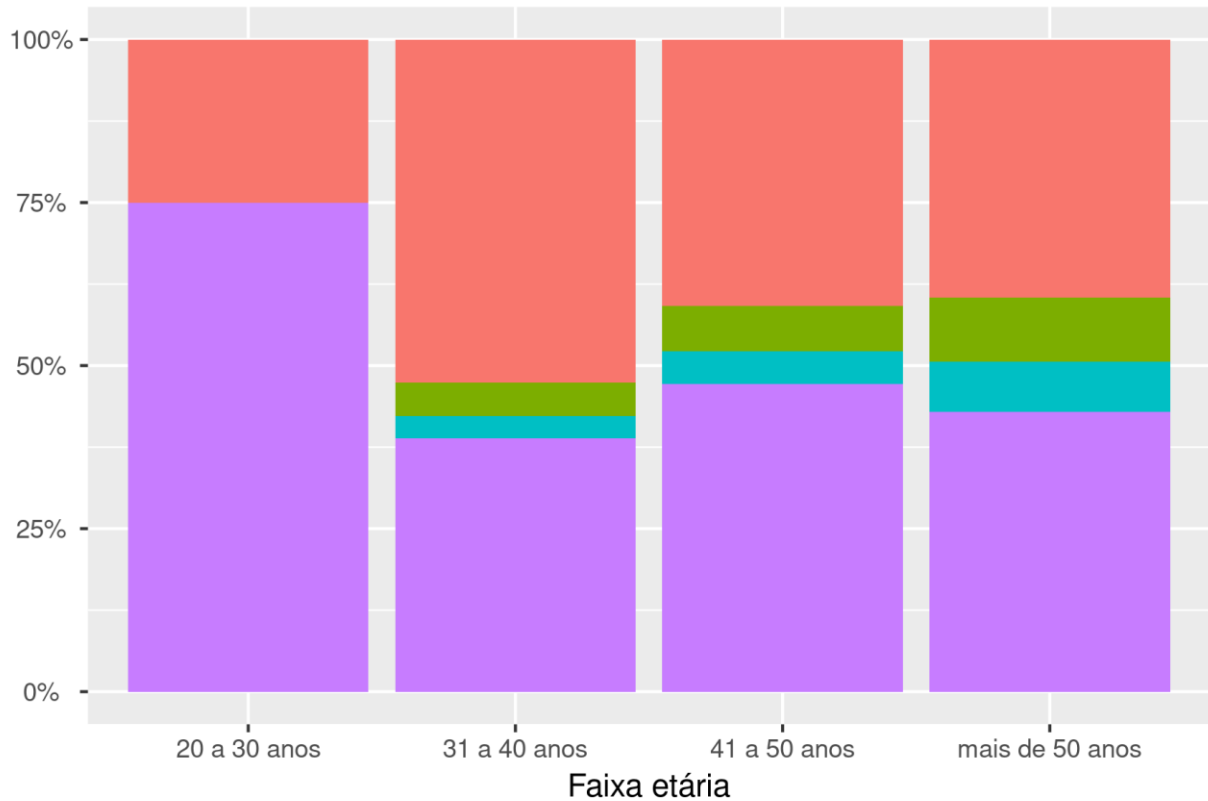


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 12.1 – ATITUDE FRENTE À AGRESSÃO/DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



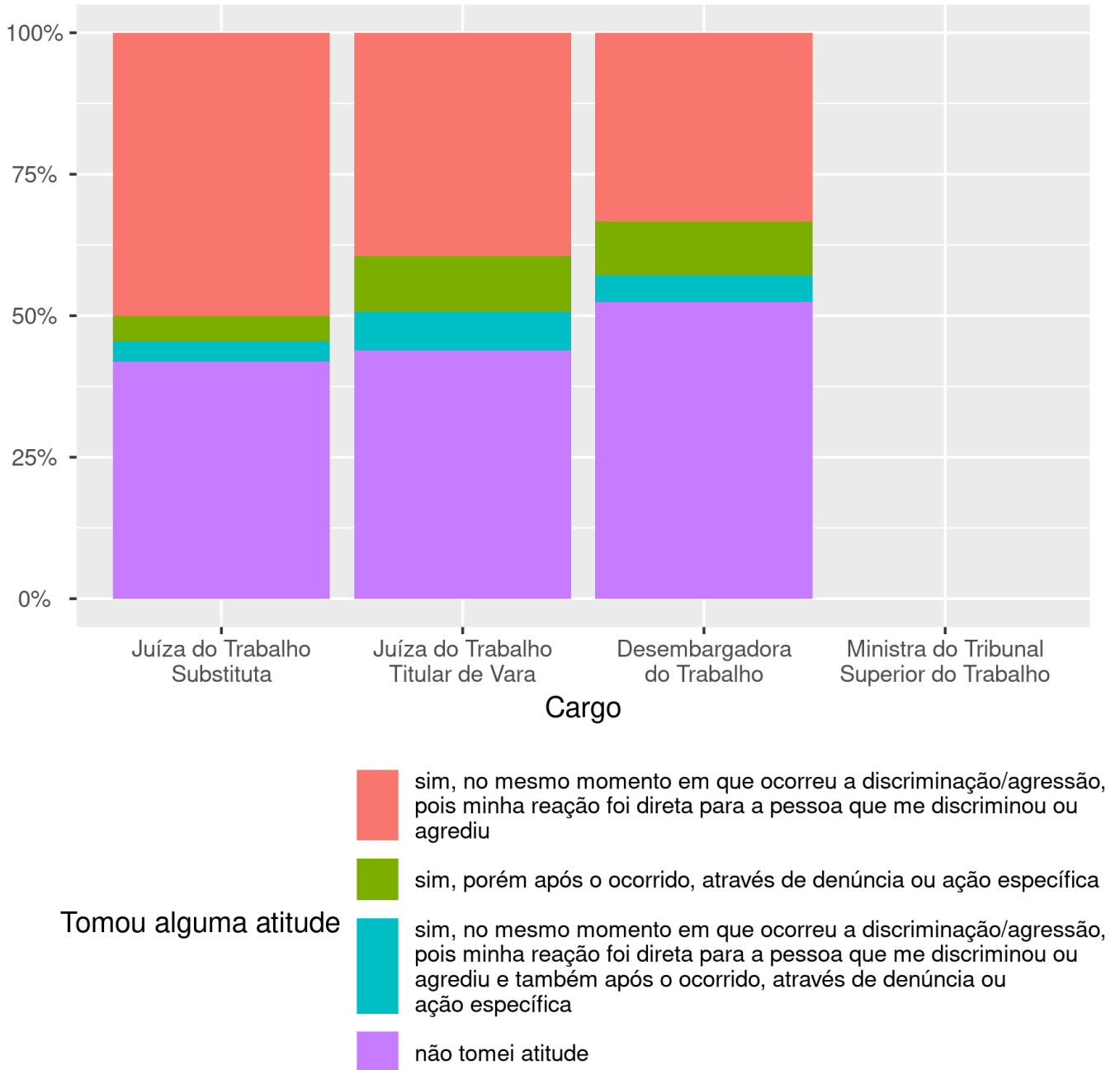
- Tomou alguma atitude
- sim, no mesmo momento em que ocorreu a discriminação/agressão, pois minha reação foi direta para a pessoa que me discriminou ou agrediu
 - sim, porém após o ocorrido, através de denúncia ou ação específica
 - sim, no mesmo momento em que ocorreu a discriminação/agressão, pois minha reação foi direta para a pessoa que me discriminou ou agrediu e também após o ocorrido, através de denúncia ou ação específica
 - não tomei atitude

Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 12.2 – ATITUDE FRENTE À AGRESSÃO/DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

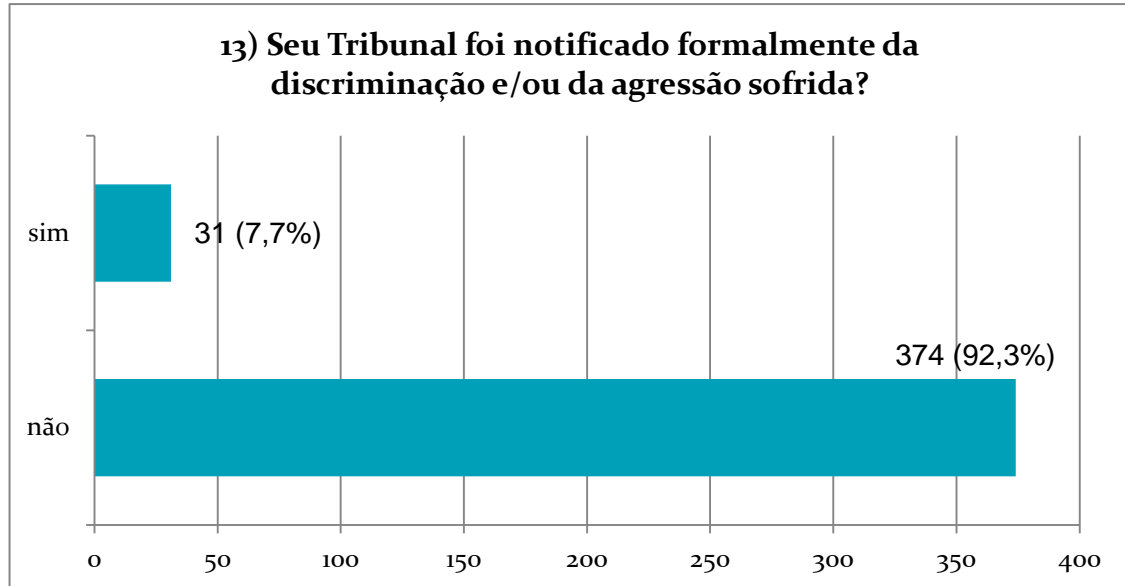


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



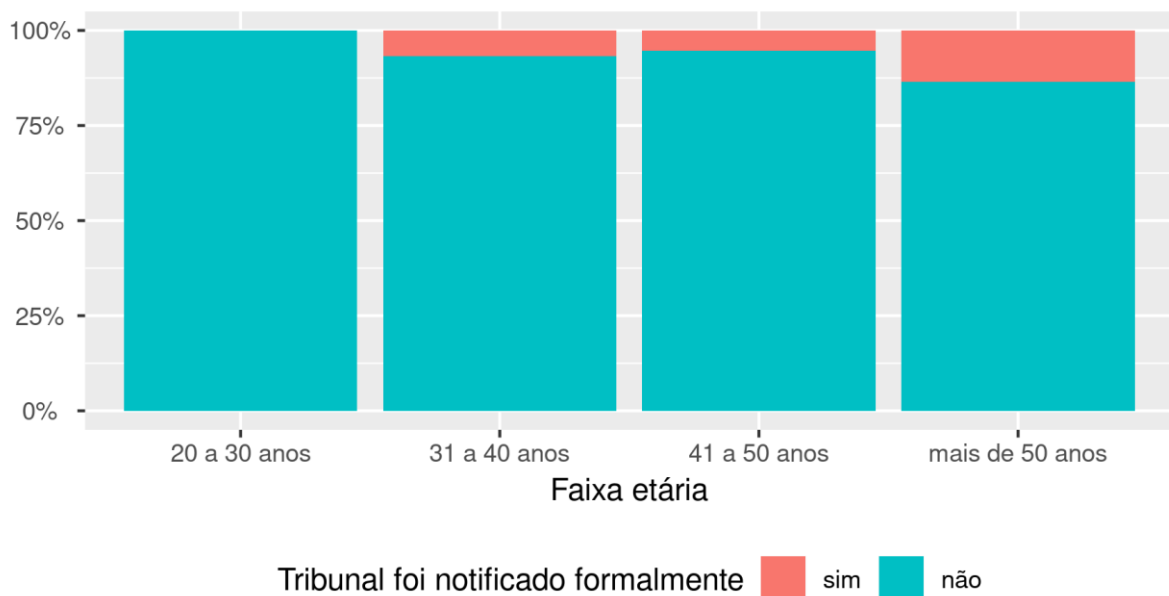
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 13 – NOTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL SOBRE DISCRIMINAÇÃO/AGRESSÃO SOFRIDA POR MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

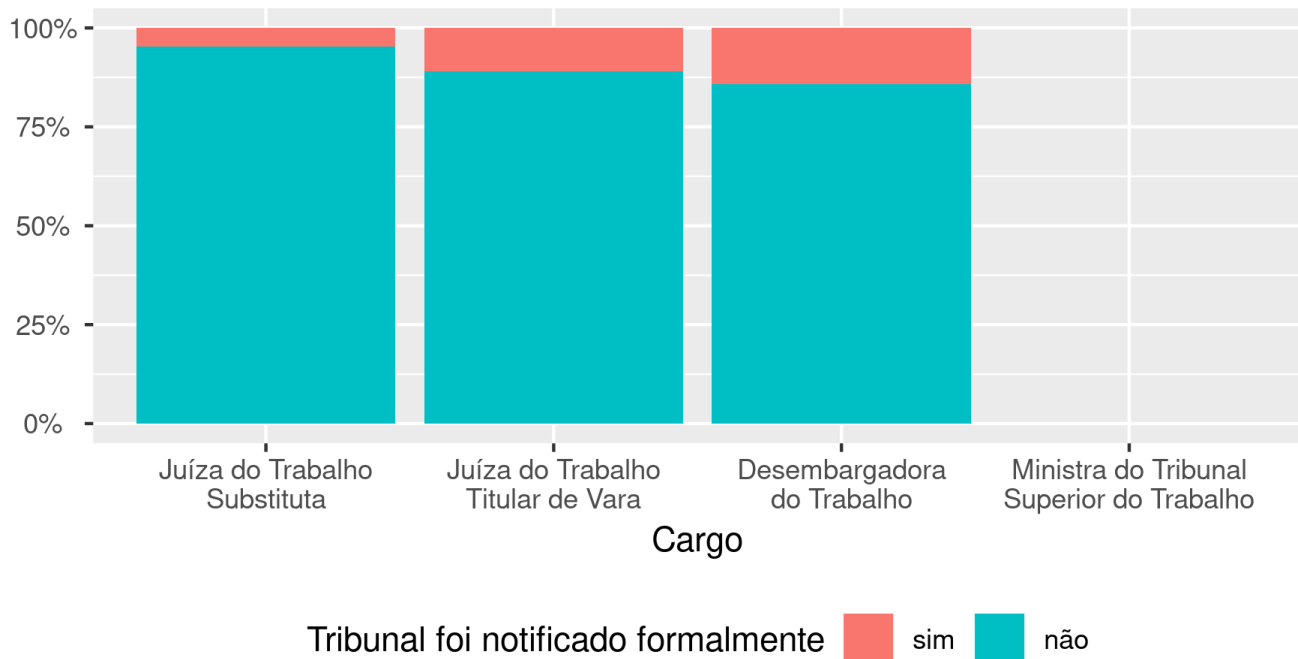
Gráfico 13.1 – NOTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL SOBRE DISCRIMINAÇÃO/AGRESSÃO SOFRIDA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.





Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 13.2 – NOTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL SOBRE DISCRIMINAÇÃO/AGRESSÃO SOFRIDA SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

II – PERCEPÇÃO QUANTO À IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA CARREIRA

Quanto à percepção de oportunidades na carreira, 37% de magistradas percebe haver desigualdade de oportunidades em relação aos colegas homens para receber convites para participar de comissões/comitês (gráfico 14); 36% desigualdade para concorrer a cargos diretivos (gráfico 15), 28,5% responderam pela relação desigual para concorrer a mandatos associativos (gráfico 16) e quase 30% percebem desigualdade em relação aos colegas homens para participar de atividades acadêmicas (gráfico 17). Grosso modo, as magistradas mais jovens têm maior percepção de igualdade para concorrer a cargos diretivos (gráfico 16.1), por outro lado possuem menor percepção de igualdade para participar de atividades acadêmicas (gráfico 17.1).

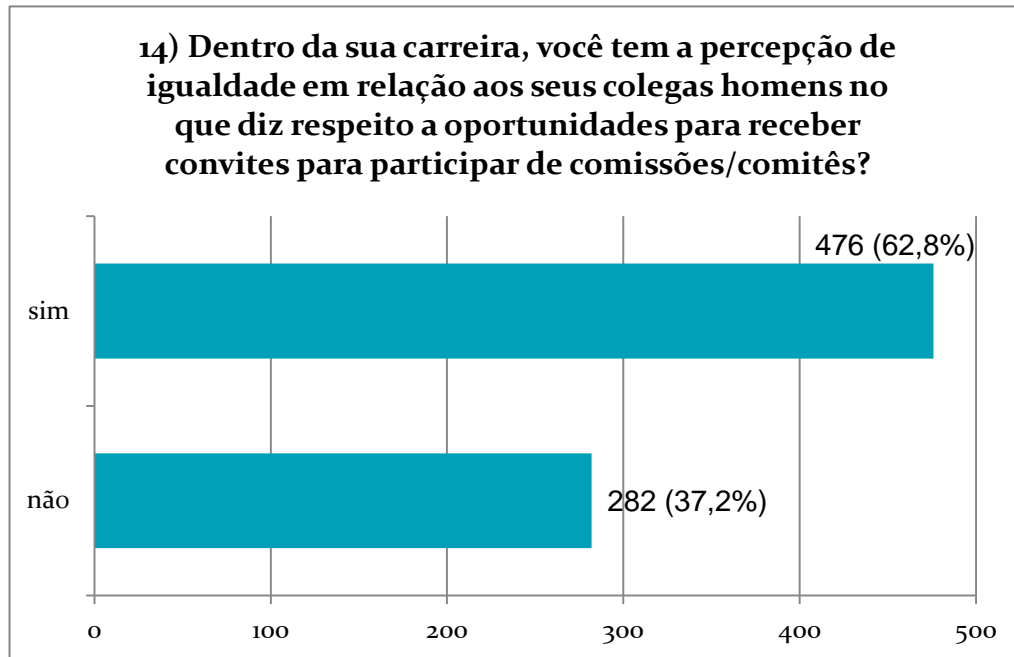
De modo geral, em torno de 30% das respondentes concordam que a condição feminina dificulta/atrasa as promoções na carreira (gráfico 18).

Um terço das magistradas declarou que já sofreu violência física ou sexual em algum momento da vida, seja antes e/ou depois do ingresso na magistratura, conforme demonstra o gráfico 19.



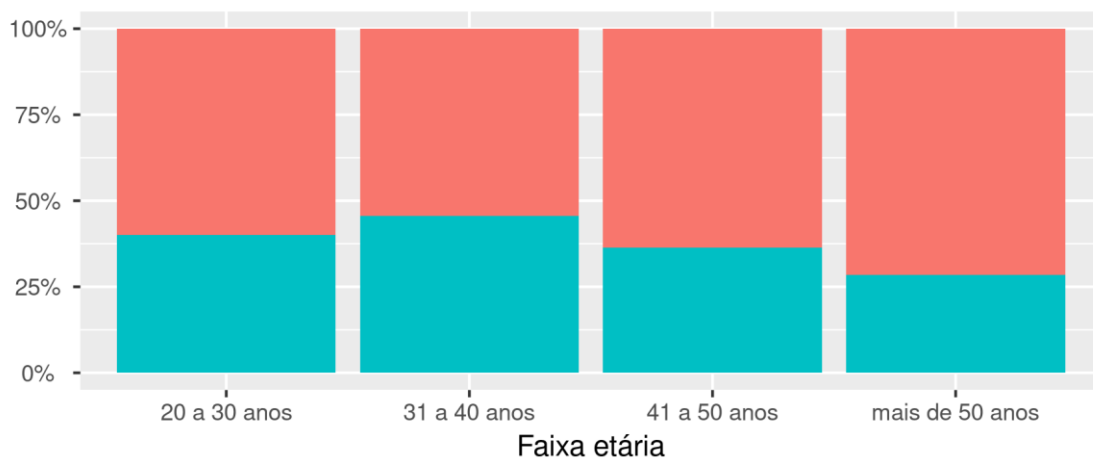
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 14 - PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES/COMITÊS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 14.1 - PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES/COMITÊS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



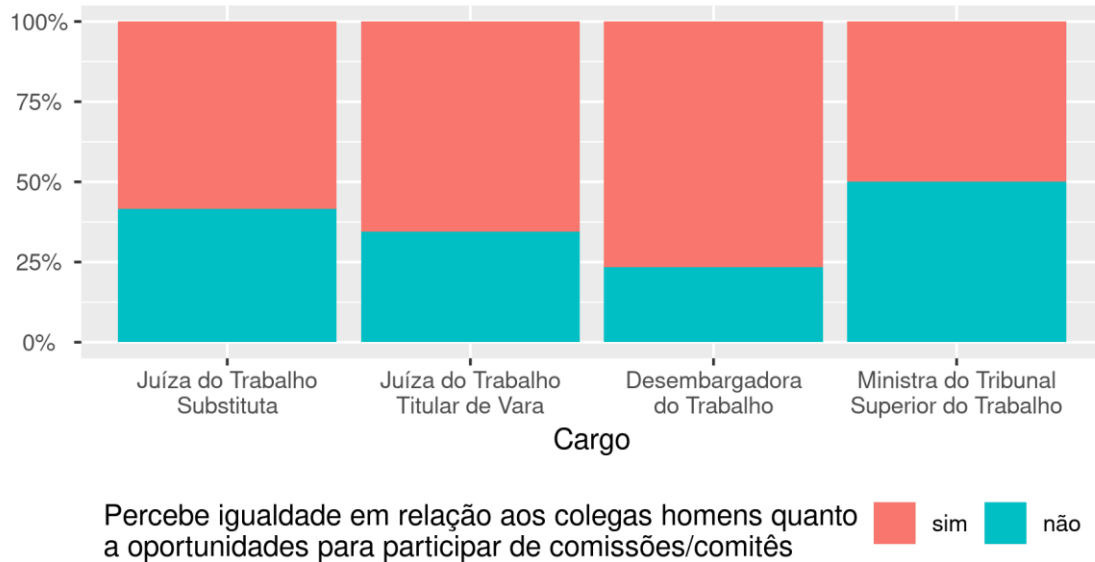
Percebe igualdade em relação aos colegas homens quanto a oportunidades para participar de comissões/comitês

sim não



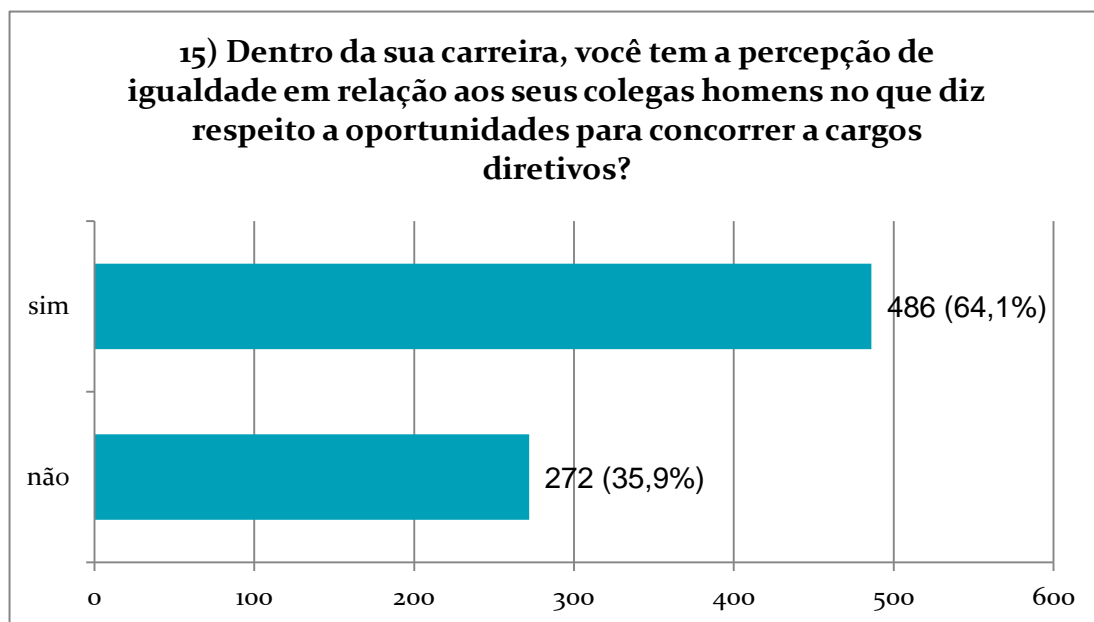
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 14.2 - PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES/COMITÊS SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 15 - PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

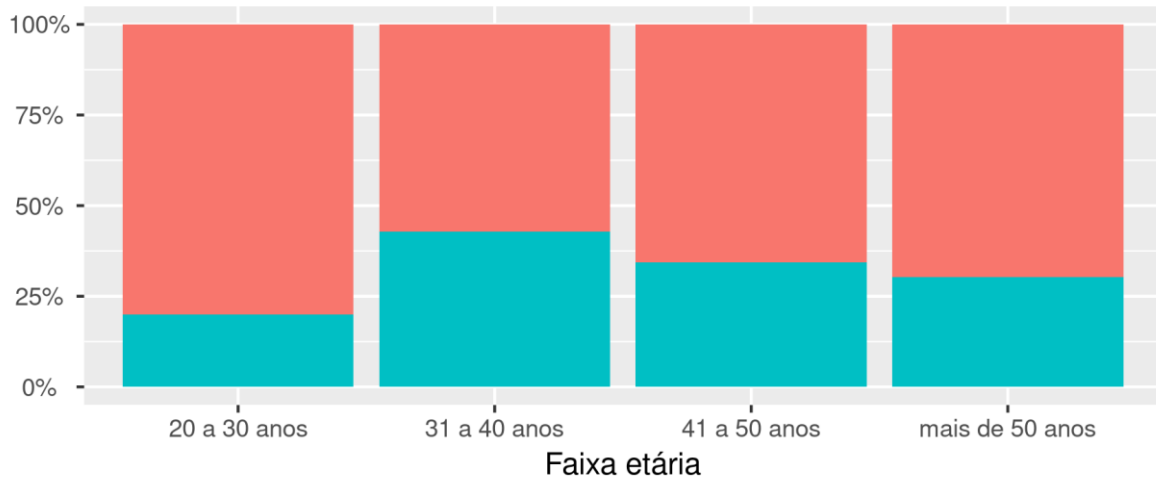


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

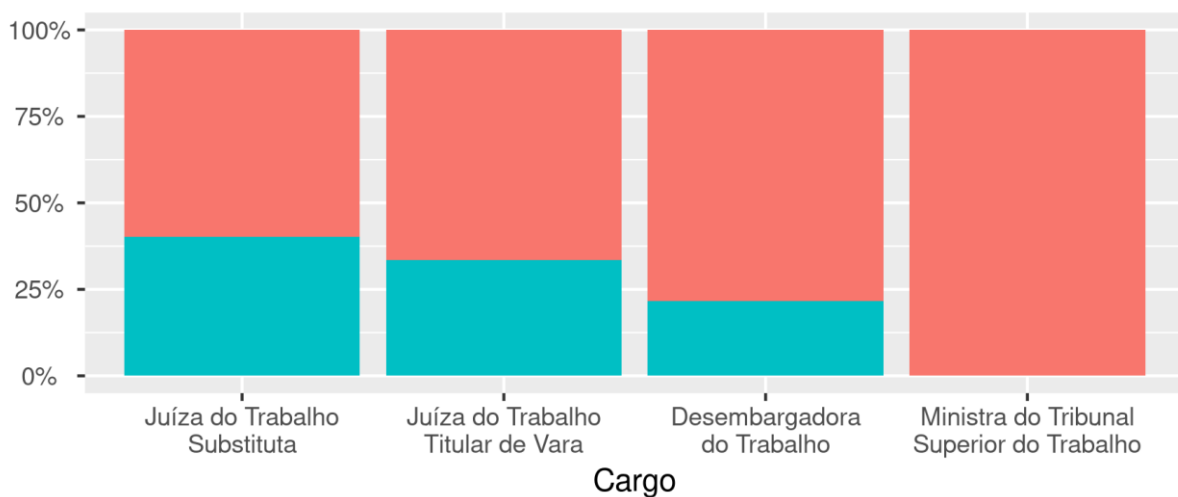
Gráfico 15.1 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Percebe igualdade em relação aos colegas homens quanto a oportunidades para concorrer a cargos diretivos ■ sim ■ não

Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 15.2 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

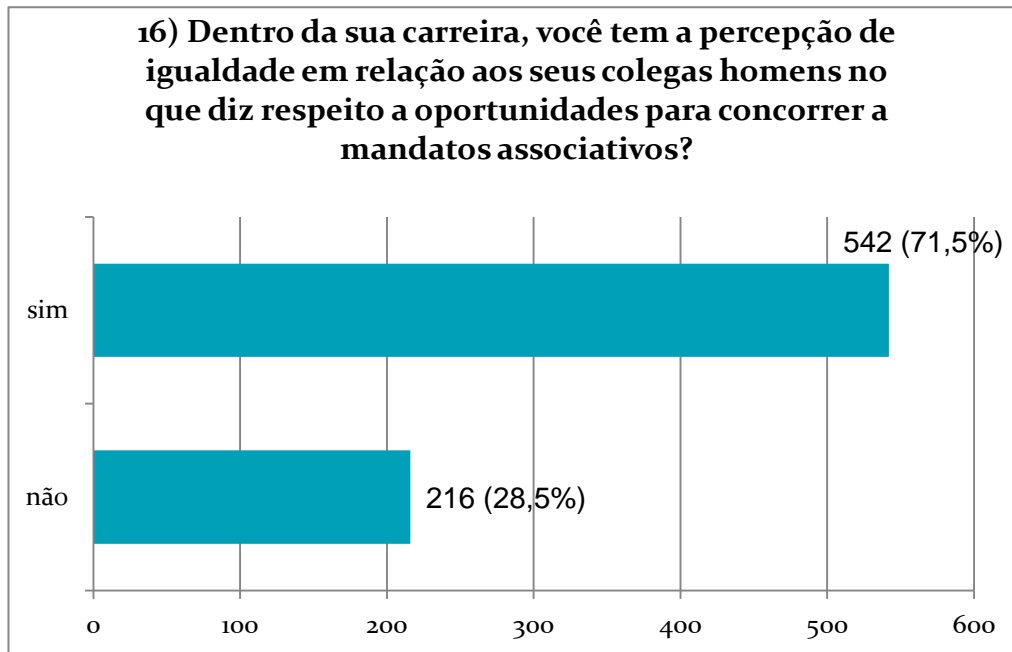


Percebe igualdade em relação aos colegas homens quanto a oportunidades para concorrer a cargos diretivos ■ sim ■ não



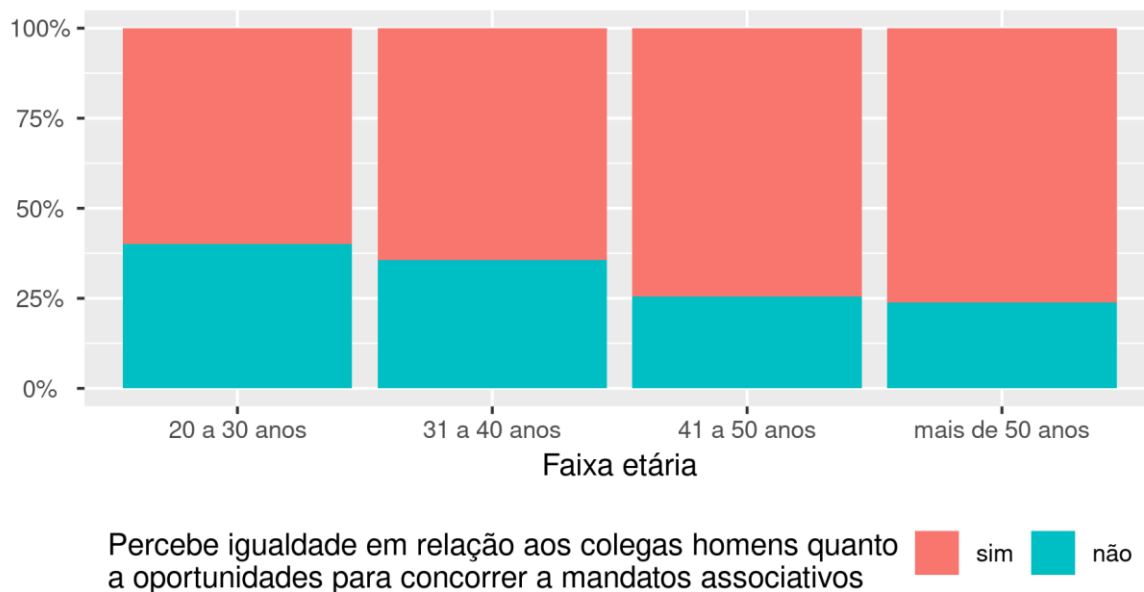
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 16 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 16.1 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

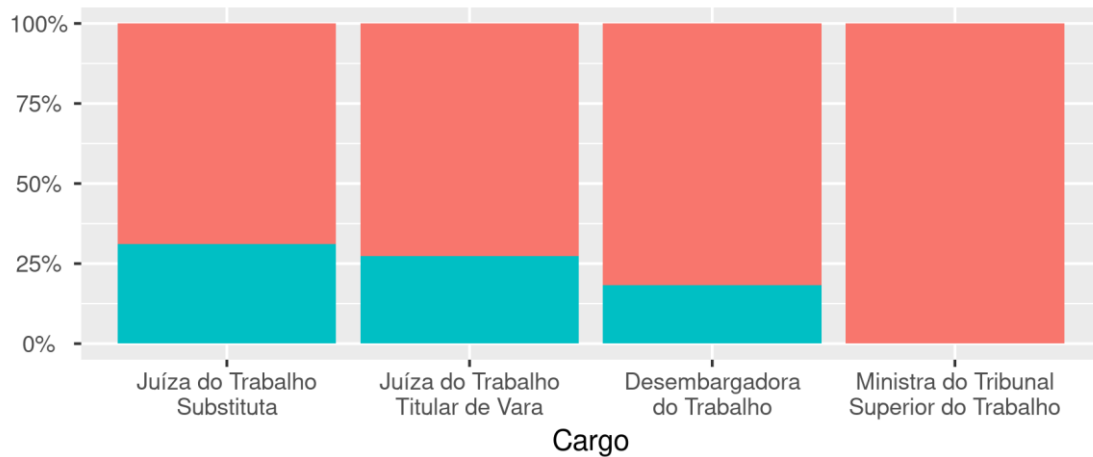


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



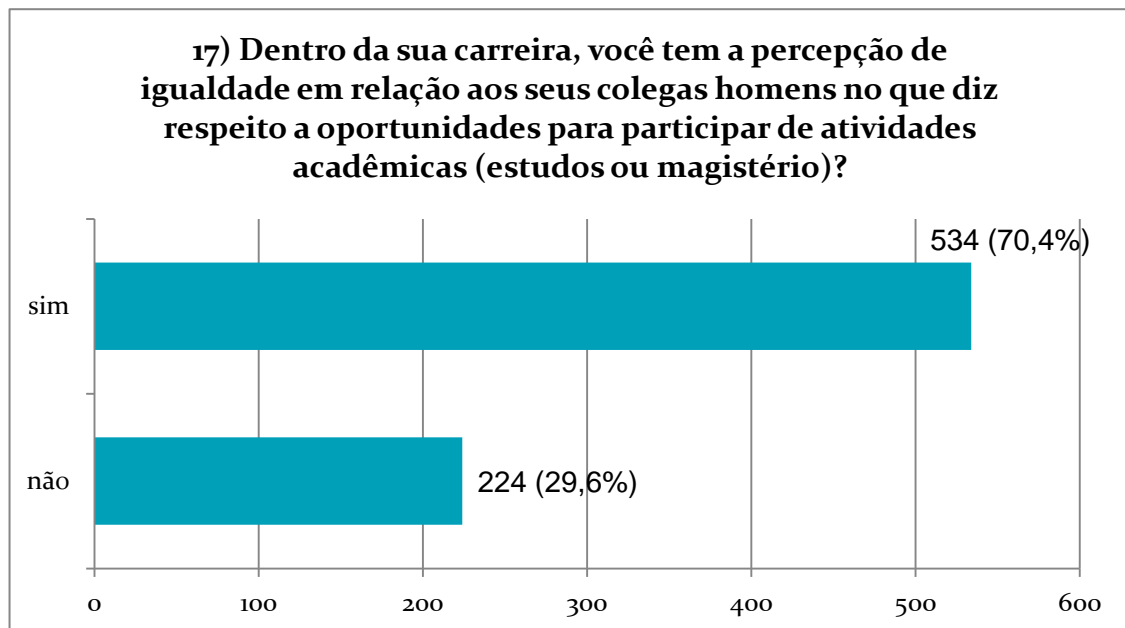
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 16.2 – PERCEÇÃO DE IGUALDADE PARA CONCORRER A CARGOS DIRETIVOS SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Percebe igualdade em relação aos colegas homens quanto a oportunidades para concorrer a mandatos associativos ■ sim ■ não

Gráfico 17 – PERCEÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAR DE ATIVIDADES ACADÊMICAS. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

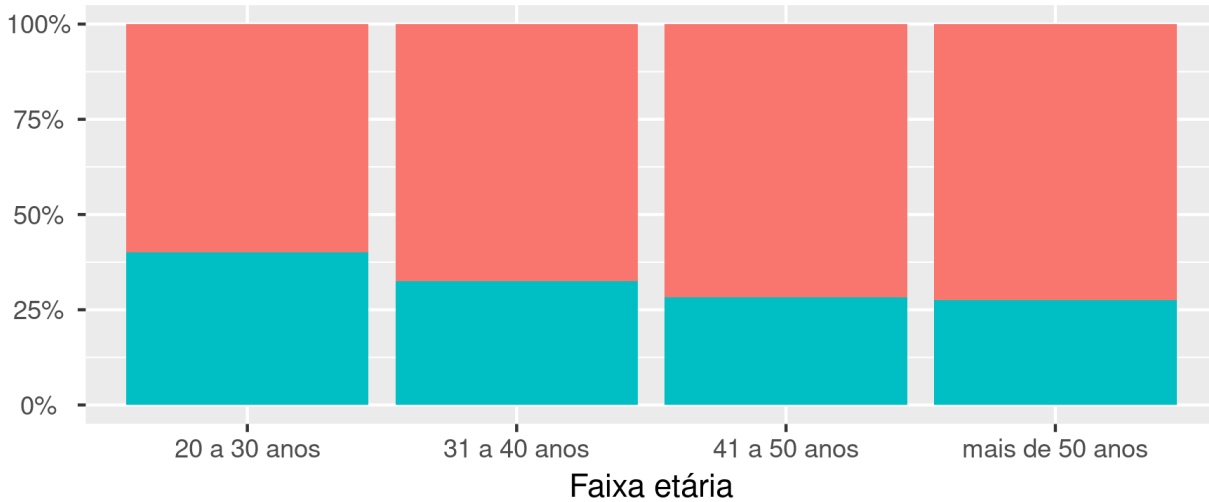


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

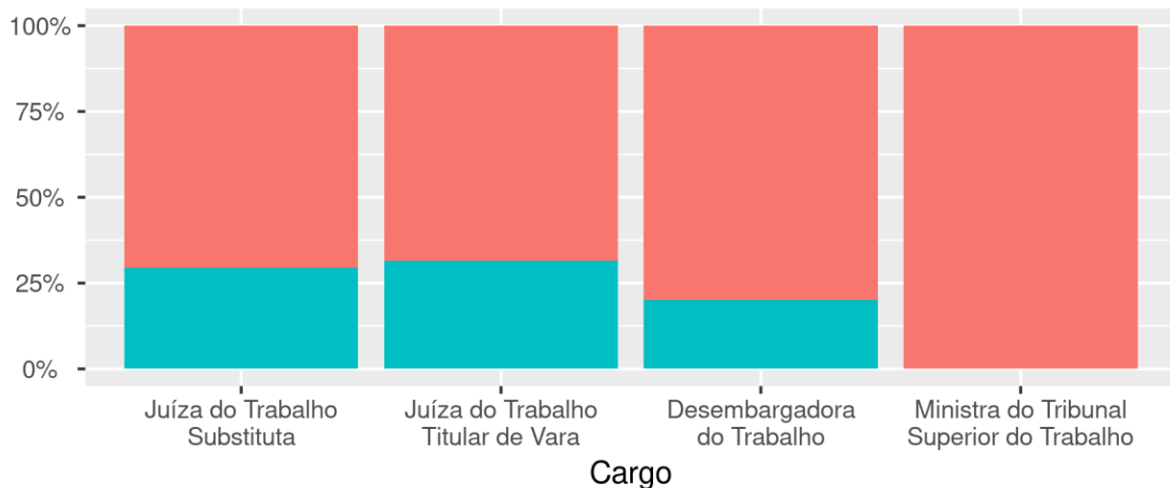
Gráfico 17.1 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAR DE ATIVIDADES ACADÊMICAS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Percebe igualdade em relação aos colegas homens quanto a oportunidades para participar de atividade acadêmicas ■ sim ■ não

Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 17.2 – PERCEPÇÃO DE IGUALDADE PARA PARTICIPAR DE ATIVIDADES ACADÊMICAS SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



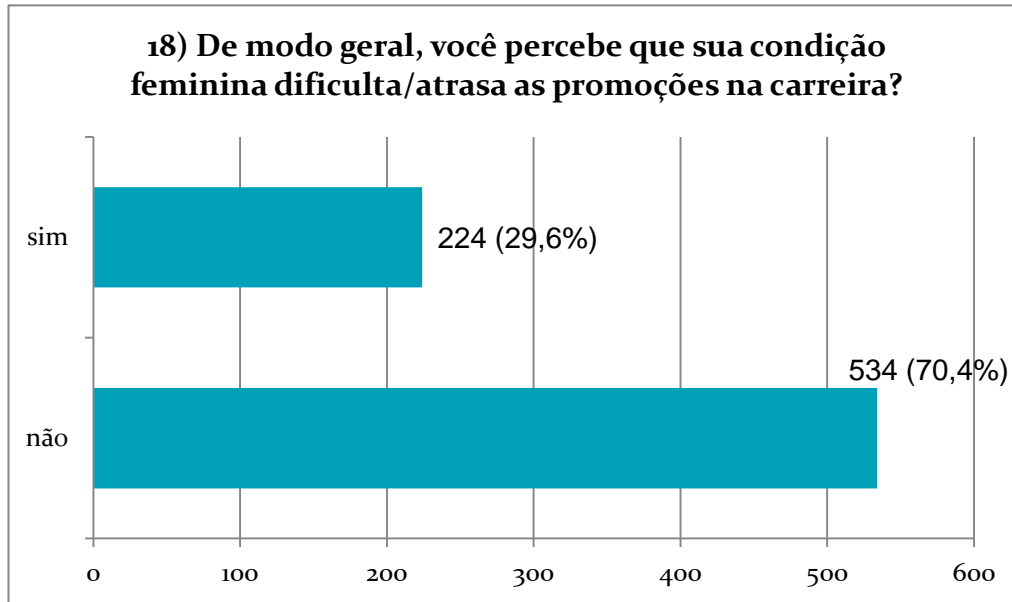
Percebe igualdade em relação aos colegas homens quanto a oportunidades para participar de atividade acadêmicas ■ sim ■ não

Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



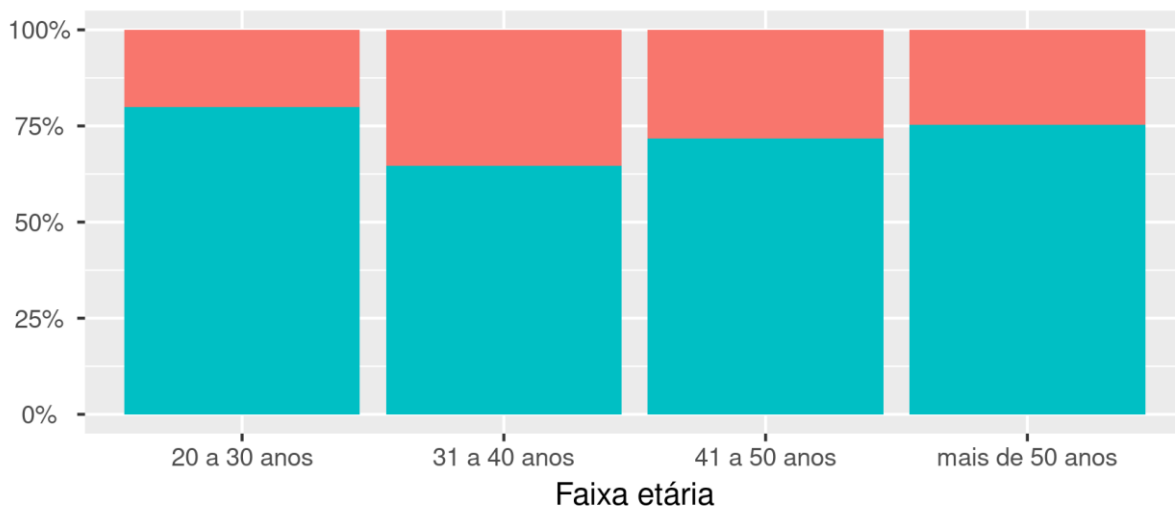
Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 18 – PERCEPÇÃO DE DIFICULDADE NA CARREIRA EM RAZÃO DE GÊNERO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)

Gráfico 18.1 – PERCEPÇÃO DE DIFICULDADE NA CARREIRA EM RAZÃO DE GÊNERO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Sua condição feminina dificulta as promoções na carreira ■ sim ■ não



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 18.2 – PERCEPÇÃO DE DIFICULDADE NA CARREIRA EM RAZÃO DE GÊNERO SEGUNDO CARGO. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.

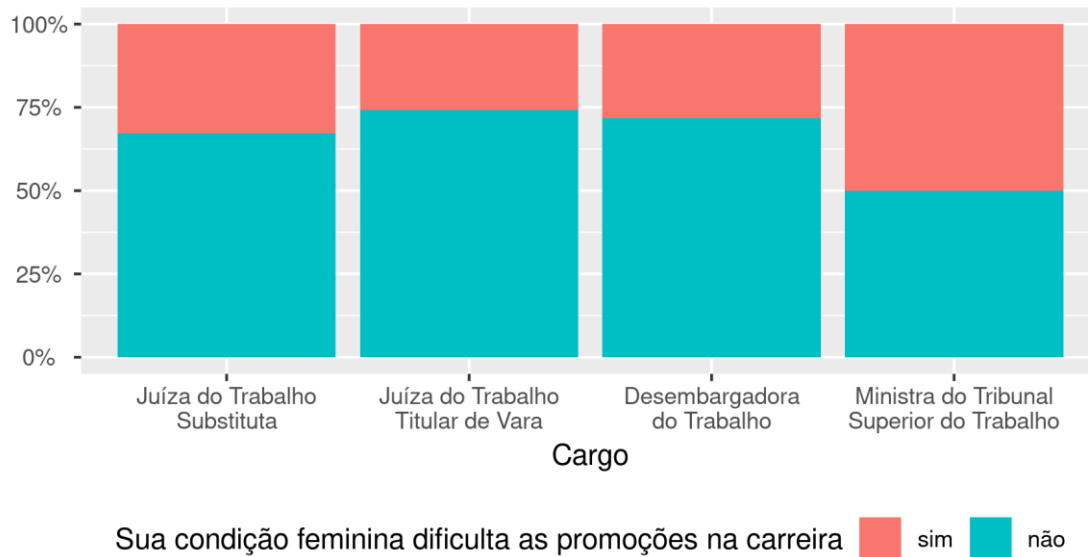
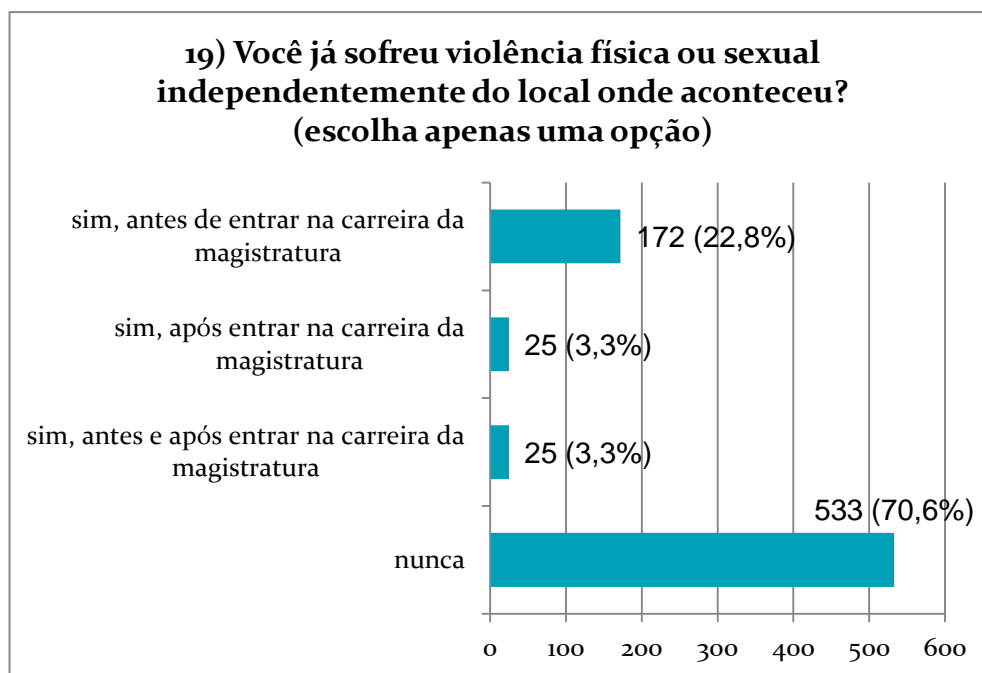


Gráfico 19 – SOFRIMENTO DE VIOLÊNCIA FÍSICA/SEXUAL. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019

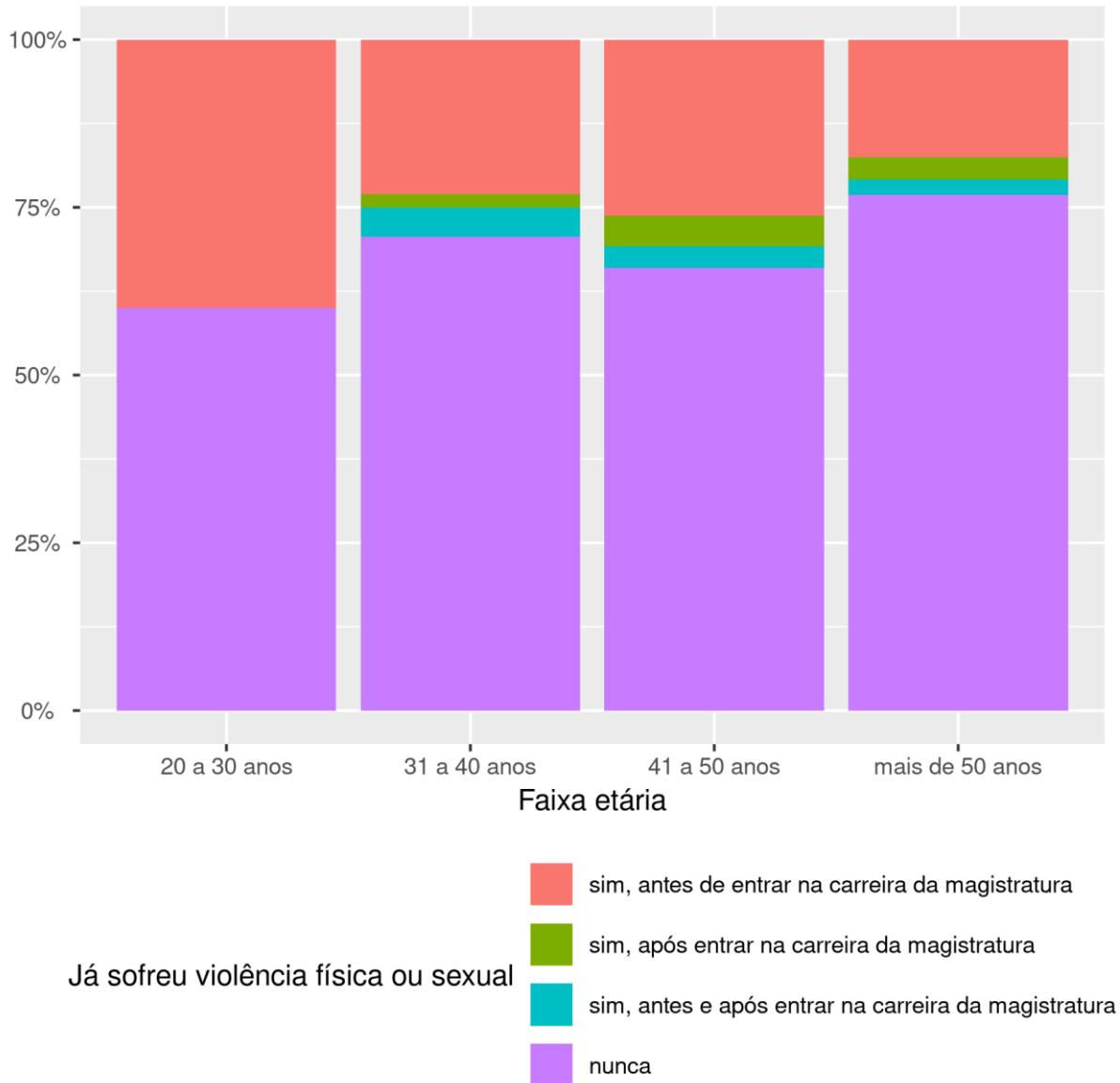


Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Gráfico 19.1 – SOFRIMENTO DE VIOLÊNCIA FÍSICA/SEXUAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. MAGISTRADAS TRABALHISTAS, BRASIL, 2019.



Fonte: Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada (ENAMAT, 2019)



3. Considerações Finais

A partir das informações constantes neste relatório, considera-se que a presente pesquisa apresenta resultados relevantes para orientar o desenho das políticas de fortalecimento da carreira das magistradas, a despeito da ausência de análises qualitativas em profundidade.

De modo geral, captou-se em algum grau as atitudes discriminatórias dirigidas às magistradas pela sua condição de mulher no exercício do cargo, observando-se, em síntese, que:

- Um percentual significativamente alto de magistradas (53,2%) respondeu que já sofreu atitudes discriminatórias pela sua condição de mulher dentro do seu ambiente de trabalho;
- Um quarto das magistradas registrou já ter sofrido agressão verbal e violência psicológica no ambiente de trabalho;
- Na maior parte das respostas das magistradas que sofreram atitude discriminatória, agressão verbal e/ou violência psicológica, os agentes agressores foram os advogados, as partes (homens) e os magistrados;
- Embora a maioria das magistradas vítimas de ação discriminatória tenha reagido de alguma forma, ainda há um expressivo percentual de respondentes que não tomaram atitude frente à discriminação sofrida (43%);
- Mesmo em relação às magistradas que tomaram atitude frente à discriminação, o Tribunal foi notificado em apenas 7,7% dos casos;
- Um percentual expressivo de magistradas percebe haver desigualdade de oportunidades em relação aos colegas homens para receber convites para participar de comissões/comitês (37%), para concorrer a cargos diretivos (36%), para concorrer a mandatos associativos (28,5%) e para participar de atividades acadêmicas (30%);
- Cerca de 30% das magistradas concorda que a condição feminina dificulta/atrasa as promoções na carreira.
- Um terço das respondentes já sofreu violência física ou sexual em algum momento da vida, seja antes ou após o ingresso na carreira da magistratura.



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Os resultados corroboram, grosso modo, o conjunto de proposições elaborado pela Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina da ENAMAT. Entre as diversas propostas para ampliar o acesso à promoção na carreira das magistradas, destaca-se a implementação de ações afirmativas para o acesso mais equilibrado às oportunidades institucionais, como a adoção de estratégias para maior representação feminina em cargos diretivos nos Tribunais, nas Escolas Judiciais e em bancas de concursos e comissões. Outra proposição refere-se à criação de canais de comunicação nos tribunais para que as mulheres tenham condições de denunciar as práticas de assédio, discriminação e de violência psicológica no exercício do cargo, com a garantia de preservação do sigilo e com o efetivo acompanhamento e solução das denúncias.

Observando-se o rol de informações constantes deste relatório, os resultados confirmam a importância da formulação de políticas públicas previstas na Resolução CNJ n.º 255/2018, como a constituição de comitês de estudos responsáveis pelo incentivo à participação institucional feminina na carreira da magistratura.



Dificuldades na Carreira da Magistrada

Anexo

Formulário de Pesquisa

Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário

Questionário sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada

Prezada Magistrada,

Este questionário visa identificar as dificuldades na carreira da magistrada em razão de discriminação de gênero. As informações fornecerão subsídios para a Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina, em promoção às políticas da Resolução CNJ nº 255/2018 (ATO.ENAMAT.Nº 01/2019).

Não haverá divulgação, em nenhuma hipótese, de dados individuais, apenas informações agregadas em estatísticas.

O tempo médio estimado de preenchimento é de apenas 3 minutos.

Após o preenchimento do questionário, clique no botão "Enviar". Em seguida, haverá uma mensagem do recebimento. Caso ocorra problema no envio, por favor contate-nos: enamat@enamat.jus.br

Sua participação é decisiva para o sucesso da política de participação institucional feminina no Judiciário brasileiro.

Este questionário poderá ser respondido até o dia 8 de março de 2019.

***Obrigatório**

Bloco 1 – Informações pessoais

1) Qual é a sua faixa etária? *

Marcar apenas uma oval.

- 20 a 30 anos
 31 a 40 anos
 41 a 50 anos
 mais de 50 anos

2) Qual é seu estado civil? *

Marcar apenas uma oval.

- solteira
 casada
 união estável
 separada/divorciada
 viúva



Dificuldades na Carreira da Magistrada

3) Possui filhos e/ou enteados? *

Marcar apenas uma oval.

- não tenho
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

4) Qual sua cor ou raça? *

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena

Bloco 2: Informações Funcionais

5) Qual é o seu Cargo? *

Marcar apenas uma oval.

- Juíza do Trabalho Substituta
- Juíza do Trabalho Titular de Vara
- Desembargadora do Trabalho
- Ministra do Tribunal Superior do Trabalho

6) Situação funcional *

Marcar apenas uma oval.

- ativa
- aposentada

7) Informe o seu tempo de Ingresso na Magistratura: *

Marcar apenas uma oval.

- até 5 anos
- de 6 a 10 anos
- de 11 a 20 anos
- mais de 20 anos



Dificuldades na Carreira da Magistrada

8) Em que tribunal ou conselho você atualmente exerce ou exerceu a magistratura? *

Marcar apenas uma oval.

- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Conselho Superior da Justiça do Trabalho
- TST
- TRT 1ª Região
- TRT 2ª Região
- TRT 3ª Região
- TRT 4ª Região
- TRT 5ª Região
- TRT 6ª Região
- TRT 7ª Região
- TRT 8ª Região
- TRT 9ª Região
- TRT 10ª Região
- TRT 11ª Região
- TRT 12ª Região
- TRT 13ª Região
- TRT 14ª Região
- TRT 15ª Região
- TRT 16ª Região
- TRT 17ª Região
- TRT 18ª Região
- TRT 19ª Região
- TRT 20ª Região
- TRT 21ª Região
- TRT 22ª Região
- TRT 23ª Região
- TRT 24ª Região

Bloco 3 – Dificuldades da magistrada em função do gênero

9) Você já sofreu atitudes discriminatórias pela sua condição de mulher dentro do seu ambiente de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
- não (siga para a questão 10)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

9.1) Em caso positivo na resposta anterior, quem foi o agente discriminador? (é possível assinalar mais de uma opção)

Marque todas que se aplicam.

- magistrado
- magistrada
- advogado
- advogada
- servidor
- servidora
- parte do processo ou testemunha (homem)
- parte do processo ou testemunha (mulher)
- outra autoridade (homem)
- outra autoridade (mulher)
- Outro: _____

10) Você já sofreu violência psicológica pela sua condição de mulher dentro do ambiente de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
- não (siga para a questão 11)

10.1) Em caso positivo na resposta anterior, quem foi o agente discriminador? (é possível assinalar mais de uma opção)

Marque todas que se aplicam.

- magistrado
- magistrada
- advogado
- advogada
- servidor
- servidora
- parte do processo ou testemunha (homem)
- parte do processo ou testemunha (mulher)
- outra autoridade (homem)
- outra autoridade (mulher)
- Outro: _____

11) Você já sofreu agressão verbal pela sua condição de mulher dentro do ambiente de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
- não (siga para a questão 12)



Dificuldades na Carreira da Magistrada

11.1) Em caso positivo na resposta anterior, quem foi o agente agressor? (é possível assinalar mais de uma opção)

Marque todas que se aplicam.

- magistrado
- magistrada
- advogado
- advogada
- servidor
- servidora
- parte do processo ou testemunha (homem)
- parte do processo ou testemunha (mulher)
- outra autoridade (homem)
- outra autoridade (mulher)
- Outro: _____

12) Em caso de resposta positiva nas perguntas 9, 10 e/ou 11, você tomou alguma atitude? (escolha apenas uma opção)

Marcar apenas uma oval.

- sim, no mesmo momento em que ocorreu a discriminação/agressão, pois minha reação foi direta para a pessoa que me discriminou/agrediu
- sim, porém após o ocorrido, através de denúncia ou ação específica
- sim, no mesmo momento em que ocorreu a discriminação/agressão, pois minha reação foi direta para a pessoa que me discriminou/agrediu e também após o ocorrido, através de denúncia ou ação específica
- não tomei atitude

13) Seu Tribunal foi notificado formalmente da discriminação e/ou da agressão sofrida? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
- não
- não se aplica

14) Dentro da sua carreira, você tem a percepção de igualdade em relação aos seus colegas homens no que diz respeito a oportunidades para receber convites para participar de comissões/comitês? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
- não

15) Dentro da sua carreira, você tem a percepção de igualdade em relação aos seus colegas homens no que diz respeito a oportunidades para concorrer a cargos diretivos? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
- não



Dificuldades na Carreira da Magistrada

16) Dentro da sua carreira, você tem a percepção de igualdade em relação aos seus colegas homens no que diz respeito a oportunidades para concorrer a mandatos associativos? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
 não

17) Dentro da sua carreira, você tem a percepção de igualdade em relação aos seus colegas homens no que diz respeito a oportunidades para participar de atividades acadêmicas (estudos ou magistério)? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
 não

18) De modo geral, você percebe que sua condição feminina dificulta/atrasa as promoções na carreira? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
 não

19) Você já sofreu violência física ou sexual independentemente do local onde aconteceu? (escolha apenas uma opção)

Marcar apenas uma oval.

- sim, antes de entrar na carreira da magistratura
 sim, após entrar na carreira da magistratura
 sim, antes e após entrar na carreira da magistratura
 nunca



Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n.º 255, de 4 de setembro de 2018**. Institui a Política de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_255_04092018_05092018143313.pdf>.

BRASIL. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho. **Ato ENAMAT n.º 01, de 17 de janeiro de 2019**. Institui a Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina, em promoção às políticas públicas da Resolução CNJ n.º 255, de 4 de setembro de 2018. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/148554?search-result=true&query=ato+enamat+01+2019¤t-scope=&rpp=10&sort_by=score&order=desc>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/49b47a6cf9185359256c22766d5076eb.pdf>>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório Justiça em Números 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/8d9faee7812d35a58cee3d92d2df2f25.pdf>>



Expediente

Juiz Auxiliar da Direção da ENAMAT

Giovanni Olsson

Coordenadoria Administrativa

Denimar Ferreira de Menezes Noronha

Coordenadoria de Formação

José Valmir Santos Filho

Servidores

Ben Hur Lopes de Oliveira

Edson Ribeiro de Souza

Eugênia Clemente de Oliveira

Fernanda Paixão Araujo Pinto

Gislanne Oliveira Pinheiro

Jonas de Jesus Cordeiro da Silva

Loester Gomes Neto

Marcos Augusto W. Saar de Carvalho

Maria Aparecida de Assis Santos

Maria das Graças Pires Mendes Cateb

Roberto Ayrosa Pereira

Rodolpho Caitano da Silva Bandeira

Terceirizado

Márcio Antonio Silveira Furtado

Estagiário

Lindomar Cavalcanti da Silva Júnior

Secretárias

Josuene Guimarães Soares

Tatiane Mayara Oliveira Barbosa

Silvana Maria Pereira dos Santos

Xandra Renata Coelho

Garçom

Ronaldo Diniz Souza Júnior

Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina

Desembargadora Margareth Rodrigues Costa

Juíza Titular de Vara do Trabalho Andrea Cristina de Souza Haus Bunn

Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Campos de Souza Freire Pimenta

Juíza Titular de Vara do Trabalho Carolina de Souza Lacerda Aires França

Juíza Titular de Vara do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Assessoria Técnica da Pesquisa

Fernanda Paixão Araujo Pinto

Apoio à Pesquisa

ENAMAT

Ben Hur Lopes de Oliveira

Roberto Ayrosa Pereira

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST

Júlio César Moreira Marino (Coordenador)

André Silva de Queiroz

Taise de Castro Xavier da Silveira

Projeto Gráfico e Diagramação

Loester Gomes Neto